



**Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais**

**Relatório Consolidado**

**Unidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORMIGA**

**Município: FORMIGA/MG**



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### I - DADOS BÁSICOS

**Finalidade:** Auditoria Programada  
**Entidade Responsável:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FORMIGA  
**CPF/CNPJ:** 16.784.720/0001-25  
**Município/UF:** FORMIGA-MG  
**Unidade Visitada:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORMIGA  
**CPF/CNPJ:** 01.155.430/0001-45  
**Município/UF:** FORMIGA/MG  
**Demandante:** Componente Estadual do SNA  
**Forma:** Direta  
**Objeto:** Gestão  
**Abrangência:** setembro/2019 a dezembro/2021  
**Gestão do Prestador:** Plena  
**Fase(s):**

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	05/10/2021	15/11/2021
Execução - In loco	16/11/2021	10/12/2021
Relatório	13/12/2021	22/12/2021

**Tarefa Nº:** 134115  
**Natureza da Entidade:** Municipal

### II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

**LEANDRO PIMENTEL DA SILVA DOS SANTOS**  
**Cargo:** Secretário Municipal de Saúde  
**Exercício:** Desde 19/11/2018

### III - INTRODUÇÃO

#### I - Fator desencadeante

Auditoria Programada no município de Formiga em atendimento ao Plano Anual de Auditoria Assistencial do Componente Estadual de Auditoria - CEA/SUS-MG de 2021 que propõe a realização de auditoria nos municípios que assumiram a gestão de seus prestadores para verificar o atendimento aos critérios estabelecidos no ANEXO I da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349, de 17 de março de 2021.

#### II - Objetivo e Escopo da Auditoria

Auditoria nº 678



Avaliar se a Secretaria Municipal de Saúde de Formiga, ao assumir a gestão dos seus prestadores, se organizou adequadamente para atender as atribuições relativas a Deliberação CIBSUS/MG Nº 3.349, de 17 de março de 2021, nos quesitos de Serviço Municipal de Controle, Avaliação e Regulação; implantação e operacionalização do Componente Municipal de Auditoria; estruturação legal do Fundo Municipal de Saúde; e regularidade do processo de formalização de Contratos e Convênios com os prestadores assistenciais.

### III- Característica do Objeto da Auditoria

Formiga é um município que pertence à Macrorregião de Saúde Oeste e é Sede de microrregião, sendo referência assistencial para outros oito municípios, com uma cobertura de 122.719 habitantes. Possui população estimada de 67.956 habitantes (estimativa IBGE 2021) está vinculado a Superintendência Regional de Saúde de Divinópolis. É habilitado em gestão sobre seus prestadores, conforme DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 3.004, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019. De acordo com o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

(SCNES), a rede assistencial SUS em Formiga é composta principalmente por 01 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), 01 Centro de Atendimento para Enfrentamento da COVID-19, 01 Centro de Imagens, 01 Centro de Vigilância Epidemiológica, 01 Centro Municipal de Atenção à Saúde, 01 Centro Municipal de Rede de Frios, 01 Farmácia Municipal, 01 Hospital de Campanha COVID-19, 01 Laboratório Municipal, 01 Hospital do tipo entidade sem fins lucrativos e 17 unidades básicas de saúde da família, 01 UPA Unidade De Pronto Atendimento, 02 USA (Unidade De Saúde Avançada). A SMS de Formiga faz parte do consórcio de saúde Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP.

Fonte: site da Sala de situação municipal disponível em <https://www.saude.mg.gov.br/cidadao/sala-de-situacao-municipal> e site SCNES <http://cnes.datasus.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>, consultados em 16/12/2021.

### IV - METODOLOGIA

#### Fase Analítica

- Análise do processo SEI nº 1320.01.0104090/2021-46;
- Análise do SCNES do município de Formiga - competência dezembro/2021 (estabelecimentos e profissionais cadastrados da rede pública)
- Análise da PPI assistencial, PPI referenciada, municípios referenciados, disponível em

<http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/municipioTabelaUnificada.php>;

- Análise de documentação assistencial e financeira solicitada à SMS de Formiga que foi enviada pela instituição por meio do processo SEInº1320.01.0104093/2021-62, como:



- Protocolos Clínicos / Diretrizes Clínicas / Linhas de Cuidados do período de setembro/2019 a dezembro/2021 adotados pelo setor de Controle, Avaliação e Regulação (SCRA).
- Documentos que comprovem a divulgação e capacitação dos profissionais do Serviço de Controle e Avaliação em relação aos protocolos/diretrizes terapêuticas do período de setembro/2019 a dezembro/2021;
- Protocolos de Regulação do Acesso do período de setembro/2019 a dezembro/2021.
- Documentos que comprovem elaboração, discussão, aprovação, divulgação e capacitação dos servidores do SCRA e dos profissionais das unidades de saúde em relação aos protocolos de Regulação de Acesso do período de setembro/2019 a dezembro/2021.
- Fichas de encaminhamentos realizados pelo SRCA (ou outros documentos equivalentes) de janeiro/2021 a dezembro/2021.
- Cronograma de capacitações das equipes das unidades de saúde pelo SCRA do período de setembro/2019 a dezembro/2021;
- Documentos comprobatórios da participação dos profissionais do SRCA em capacitações (materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros) do período setembro/2019 a dezembro/2021.
- Cronograma de capacitações dos profissionais do SRCA do período de setembro/2019 a dezembro/2021;
- Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) disponíveis no seu território do ano de 2021 e
- Agendas/Planilhas de marcação de procedimentos hospitalares disponíveis no seu território do ano de 2021.
- Listas de espera (municípios no próprio território) para procedimentos ambulatoriais e hospitalares do ano de 2021.
- Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas, terapias e exames especializados) em outros municípios e
- Agendas/planilhas de marcação de procedimentos hospitalares em outros municípios do ano de 2021.
- Listas de espera (municípios referenciados a outros municípios) do ano de 2021.
- Relatórios de contra referência, Relatórios do TFD, outros do ano de 2021.
- Lista de usuários dos municípios referenciados.
- controle das cotas dos procedimentos especializados que são disponibilizados à população de referência por município de origem.
- Atas de reunião da CIR/CIRA do período de janeiro/2021 a dezembro/2021 sobre a participação da SMS na revisão periódica da PPI.
- Documentos técnicos que subsidiaram a revisão da PPI do ano de 2021;
- Incremento da rede própria (documentos que comprovem aumento da oferta de serviços próprios) do período de setembro/2019 a dezembro/2021;
- Contratação de novos serviços (documentos que comprovem a contratação de rede complementar) do período de setembro/2019 a dezembro/2021;
- Compra de serviços complementares (documentos que comprovem a aquisição de serviços da rede complementar) do período de setembro/2019 a dezembro/2021;
- Documentos que demonstrem os mecanismos para receber reclamação, sugestão e/ou elogio dos usuários do SUS, tais como: questionários de avaliação/Caixa de Reclamações e/ou Sugestões, e-mail, telefone, sítio eletrônico.
- Fichas de Programação Orçamentária por estabelecimento (FPO) do período de janeiro/2021 a dezembro/2021;
- Lista de Autorizador(es) com o respectivo vínculo funcional e nome(s) do(s) estabelecimento(s) o(s) qual(is) o mesmo é responsável pelas autorizações.
- Formulários de solicitação de AIH autorizadas por estabelecimento dos meses das competências de setembro, outubro e novembro/2021;
- Documento que demonstre formação dos profissionais autorizadores de AIH e APAC (diploma, declaração de conclusão de curso, Registro em Conselho de Classe);
- Ato de designação do(s) profissional(is) responsável(is) pela autorização de APAC;
- Norma municipal que estabelece o prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC;
- Espelhos de AIH e APAC autorizadas de casos eletivos e de urgências dos meses de competência de setembro, outubro e novembro/2021;
- Relatórios de monitoramento, fiscalização e avaliação da SMS (Atas de reuniões, relatórios de visitas, relatórios analíticos da execução e de indicadores, Pareceres e/ou Relatórios emitidos pelos Profissionais Autorizadores, relatórios trimestrais conforme contrato) sobre a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial do período de setembro/2019 a dezembro/2021;
-



- Ato formal de nomeação da(s) Comissão(ões) de Acompanhamento da Contratualização;
  - Publicação no Diário Oficial (ou equivalente) com a composição da(s) Comissão(ões) de Acompanhamento da Contratualização. Documentação
  - comprobatória das atividades desenvolvidas pela(s) Comissão(ões) de Acompanhamento da Contratualização (atas, relatórios, planilhas e outros);
  - Ato de nomeação da Comissão responsável pelo TFD ou de cada profissional para a função;
  - Processos de concessão e pagamento de TFD (O processo é composto pelos comprovantes de marcação, Guias de TFD, notas de empenho/notas
  - fiscais) dos pacientes que receberam ajuda de custo dos meses de competência: setembro, outubro e novembro/2021. Extratos da conta utilizada
  - para pagamento do TFD e registros de movimentação bancária dos meses de setembro, outubro e novembro/2021.
  - Ato legal de nomeação do Gestor Municipal de Saúde.
  - Ato de designação do Gestor Municipal de Saúde como ordenador de despesa.
  - Lei Municipal que cria o FMS.
  - Notas de Empenhos (N.E.) do exercício de 2021.
  - Relação das contas correntes do FMS;
  - Extratos bancários da conta corrente de movimentação dos recursos da contrapartida municipal do exercício de 2021;
  - Contratos e/ou convênios com formalizados com Prestadores Hospitalares do período de setembro/2019 a dezembro/2021;
  - Processos licitatórios dos contratos e/ou convênios formalizados com os prestadores hospitalares de serviços do SUS do período de setembro/2019 a
  - dezembro/2021;
  - Ato normativo de designação de comissão de licitação e/ou Ato de designação do Agente de Contratação ou Comissão de contratação do período
  - de 2021, conforme requisitos previstos na Lei 14.133/2021 (Art. 8º, § 1º, §2º §3º); Ato legal de criação do Componente Municipal de Auditoria
  - (CMA);
  - Regulamento da Auditoria;
  - Organograma da Secretaria Municipal de Saúde de Formiga;
  - Ato(s) de designação e/ou nomeação do(s) profissional(is) para compor equipe multiprofissional para desempenhar ações de auditoria assistencial;
  - Registros das ações de auditoria assistencial realizadas, incluindo Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros de
  - setembro/2019 a dezembro/2021;
  - Expedientes emitidos com o encaminhamento do relatório concedendo a oportunidade de manifestação do auditado frente o Relatório de Auditoria
  - emitido pela SMS de Formiga;
  - Regulamento e/ou protocolo de atuação do Componente Municipal de Auditoria;
  - Expedientes emitidos pelo Componente Municipal de Auditoria como o encaminhamento do relatório aos órgãos de controle interno e externo;
  - Inventário da estrutura da SMS de Formiga;
  -
- Análise das informações disponíveis nos sites da Prefeitura Municipal de Formiga (Lei Complementar Municipal nº169/2017), DataSUS (produção do SIA e SIH de 2021) e SUSFácil MG (registros de encaminhamentos dos municípios para realização de procedimentos hospitalares em 2021 e relatórios de internações realizadas no 2º semestre de 2021). **Fase Operativa**

Esta auditoria foi realizada de forma remota.

Realizada reunião de abertura no dia 16/11/2021 às 9hs, pelo Google Meet, no seguinte link [meet.google.com/yzf-knhv-owd](https://meet.google.com/yzf-knhv-owd), na qual foi informada a demanda, o fluxo administrativo e os objetivos da auditoria. Estiveram presentes nessa reunião a representante da SMS de Formiga, Sra. R.M.S e três auditoras do Componente Estadual de Auditoria do SUS/MG.

Em 29/11/2021 às 15hs, pelo Google Meet, no seguinte link [meet.google.com/eps-oghw-rkz](https://meet.google.com/eps-oghw-rkz), foi realizada reunião por videoconferência com representantes da SMS de Formiga para esclarecimentos sobre documentação enviada pela SMS de Formiga por meio do sistema SEI MG.

De 29/11/2021 a 10/12/2021 – período de análise de documentação enviada pela SMS de Formiga (processo SEI nº1320.01.010493/202162).

Foram realizadas também entrevistas, por videoconferência, pelo Google Meet com os seguintes profissionais da SMS de Formiga:

Data 07/12/2021 às 10h30 – no link [meet.google.com/oja-ydtf-eap](https://meet.google.com/oja-ydtf-eap), Sr. E.C.S.C., referente ao funcionamento dos setores de regulação, auditoria e autorização de procedimentos hospitalares;

Data 08/12/2021 às 10h30 – no link [meet.google.com/jwi-qwwc-niz](https://meet.google.com/jwi-qwwc-niz), Sra. E.G.M., referente ao funcionamento do Tratamento Fora Domicílio.

Auditoria nº 678



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



(TFD);

Data 09/12/2021 às 9h – no link [meet.google.com/eht-jqet-ncq](https://meet.google.com/eht-jqet-ncq), Sr. A.G.L. referente ao funcionamento do Serviço de Controle, Avaliação e Regulação da SMS de Formiga;

Data 09/12/2021 às 10h – no link [meet.google.com/kmd-ivse-rwk](https://meet.google.com/kmd-ivse-rwk), Sra. A.L.S.C., referente ao funcionamento do setor de Regulação da SMS de Formiga;

Data 09/12/2021 às 14h – no link [meet.google.com/qrt-tokm-xhf](https://meet.google.com/qrt-tokm-xhf), três profissionais da enfermagem das unidades básicas de saúde de Formiga, Sras. E.A.A., F.M.R.M. e M.I.M. referente ao uso de protocolos de acesso nas UBS de Formiga;

Data 10/12/2021 às 9h – no link [meet.google.com/kgc-rrrc-omk](https://meet.google.com/kgc-rrrc-omk), Sr. L.P.S.S., Secretário Municipal de Saúde de Formiga, referente ao funcionamento dos setores de Regulação, Controle e Avaliação da SMS de Formiga.

Em 10/12/2021 às 9h30, no link [meet.google.com/kgc-rrrc-omk](https://meet.google.com/kgc-rrrc-omk), foi realizada reunião de encerramento da auditoria com Secretário Municipal de Saúde de Formiga Sr. L.P.S.S. para assinatura do Termo de Auditoria da atividade 678.

**Limitações** Não houve.

#### V - CONSTATAÇÕES

**Grupo:** Sistema Nacional de Auditoria

**Constatação Nº:** 640492

**Subgrupo:** Estrutura

**Item:** Estruturação/Fundamentação Legal

**Constatação:** Não existe Componente Municipal de Auditoria (CMA) implementado.

**Evidência:** Constatou-se que não existe Componente Municipal de Auditoria implementado. Não foi apresentado o ato legal de criação do Componente Municipal de Auditoria nem o Regulamento da Auditoria Municipal. No organograma da SMS de Formiga (Lei Complementar Municipal nº169/2017), o cargo de Auditor SUS está ligado ao Assessor Técnico do SUS e não ao setor de Regulação. Na Lei Complementar Municipal nº169/2017, estão previstas como atribuições ao Auditor SUS: a avaliação e liberação de AIH e APAC, exame das fichas relacionadas com procedimentos ambulatoriais, hospitalares e diagnóstico, conferindo seu correto preenchimento, complementando-os ou glosando-os quando surgirem erros, examinar e conferir faturas, liberando a realização do pagamento, entre outras. Foi apresentada pela SMS, a Lei Municipal nº 5.050 de 24/06/2015 que trata da reestruturação do Setor de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Formiga. No art. 6º desta lei, item II, estão descritas as funções do Auditor SUS (médico) na SMS como: regularizar e autorizar via SUSFácil a realização de procedimentos assistenciais em saúde, realizar supervisão e análise da assistência de procedimentos hospitalares, oferecer orientações e subsídios para realização da regulação, controle, avaliação e auditoria no que se refere à atuação médica, efetuar autorização para serem realizados atendimentos médicos especializados (via APAC e outros bem como cirurgias ambulatoriais e hospitalares via AIH e outros). Porém, essas funções não condizem com as ações/atribuições inerentes à função de Auditor preconizadas pelo Sistema Nacional de Auditoria. De acordo com entrevistas realizadas com a responsável pelo setor de Regulação, Sra. A.L.S.C., e com o Secretário Municipal de Saúde, Sr. L.P.S.S., foi confirmada a inexistência de Componente Municipal de Auditoria implementado. Não foi apresentado o Inventário da estrutura da SMS de Formiga. Foi apresentado somente registros fotográficos do local onde trabalha o médico Sr. E.C.S.C. Tal fato está em desacordo com Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, § 2º, Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.349/2021, Anexo Único, Observação e Decreto nº 1.651/1995, Artigo 1º, 4º, caput §3º e Manual: Auditoria do SUS - Orientações Básicas/Requisitos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, MS/2011, Capítulo 4.

**Fonte da Evidência:** Lei Municipal nº 5.050 de 24/06/2015 (organograma da SMS de Formiga);

Auditoria nº 678



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Lei Complementar Municipal nº 169 de 26/10/2017;

Termo de Entrevista com Secretário Municipal de Saúde, Sr. L.P.S.S., realizada em 10/12/2021;

Termo de Entrevista com responsável pelo setor de Regulação da SMS de Formiga, Sra. A.L.S.C., realizada em 09/12/2021;

Termo de Entrevista realizada com o Sr. E.C.S.C., profissional médico realizada em 07/12/2021; Registros fotográficos.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº363/2022, de 22/07/2022, o representante legal da Pessoa Jurídica, Sr. E.L. encaminhou a

seguinte manifestação: O componente Municipal de Auditoria está sendo implementado. Citamos como uma das medidas já realizadas a nomeação da servidora M. I.S. no cargo de Coordenador de Enfermagem Regulador/Auditor do SUS com

as seguintes atribuições: CARGO: COORDENADOR DE ENFERMAGEM REGULADOR/AUDITOR DO SUS: Ter

conhecimento das políticas de saúde voltadas para urgência e emergência e atenção primária; Programar e aplicar ações educativas nos diversos setores que envolvem a atuação da enfermagem; Realizar capacitação para atendimento apropriado no âmbito da enfermagem; Arquivar e controlar os laudos com internação/procedimentos permitidos ou pendências; Realizar periodicamente a estatística de atendimento e internação das diferentes especialidades; Auxiliar na promoção de eventos de cunho educativo, educação continuada, semana de enfermagem com programação voltada para capacitação; Cumprir as exigências do Conselho Regional de Enfermagem no que tange ao Sistema de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria no SUS; Auxiliar o gestor na elaboração ou avaliação dos serviços de sua competência; Fazer visitas ao prestador para verificar a qualidade do atendimento prestado, e se necessário, analisar os prontuários dos pacientes; Supervisionar e avaliar as ações de enfermagem das equipes de Atenção Primária e PAM/UPA; Assessorar o Diretor do PAM/UPA e Coordenação da Atenção Primária em assuntos de sua competência; Trabalhar de forma interconectada com as demais Coordenações; Fazer cumprir as normas e rotinas em vigor, no âmbito de sua Coordenação; Executar outras tarefas correlatas ou determinadas por superiores. Quanto as dependências físicas a sede da Secretaria Municipal de Saúde, onde funciona os serviços de regulação municipal, passará por reforma visando a adequação de seu espaço físico conforme preconizado. A elaboração dos projetos ficará a cargo da empresa GTX Engenharia Ltda, contratada através do Processo Licitatório nº. 167/2021, Pregão Eletrônico nº. 107/2021. Quanto ao organograma esclarecemos que esse foi elaborado no ano de 2017 sendo que à época não foram observadas as devidas relações das funções e que a atual gestão pretende realizar as correções necessárias para adequar o organograma conforme as normas regulatórias. Com relação a Lei nº. 5.050/2015 informamos que a mesma será revista e atualizada visando englobar a regulamentação do componente de auditoria. A previsão de que os trâmites necessários para a adequação legislativa sejam concluídos em 120 (cento e vinte dias).

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 259/2022, a pessoa física L.P.S.S. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

#### Análise da Justificativa:

1. De acordo com manifestação encaminhada pelo auditado, foi realizada nomeação da servidora Sra. M.I.S.

no cargo de Coordenador de Enfermagem Regulador/Auditor do SUS, porém não foi enviada comprovação.

As atribuições do cargo apresentada na manifestação são as mesmas que estão no organograma da SMS (Lei Complementar nº 169 de 26/10/2017) e permanecem incompatíveis com o cargo de auditor. Não foram apresentados ato legal de criação do Componente Municipal de Auditoria, Regulamento de Auditoria Municipal, nomeações dos profissionais auditores que compõe o quadro. Com relação à estrutura física, não foi encaminhada comprovação documental citada pelo auditado.

2. Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação encaminhada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se que a SMS de Formiga realize a implementação do Componente Municipal de Auditoria (CMA), conforme preconiza a Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, § 2º, Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.349/2021, Anexo Único, Observação e Decreto nº 1.651/1995, Artigo 1º, 4º, caput §3º e Manual: Auditoria do SUS - Orientações Básicas/Requisitos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, MS/2011, Capítulo 4. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ	Auditoria nº 678
------	----------	------------------





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORMIGA

16.784.720/0001-25

**Grupo:** Sistema Nacional de Auditoria

**Constatação Nº:** 640493

**Subgrupo:** Estrutura

**Item:** Recursos Humanos/ Capacitação

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde não possui equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria assistencial.

**Evidência:** Constatou-se que a Secretaria Municipal de Saúde não possui equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria assistencial. Entretanto, não foi apresentado ato de designação e/ou nomeação de profissionais para compor equipe multiprofissional para desempenhar ações de auditoria assistencial na SMS. Esta informação foi confirmada por meio do Ofício nº 467/2021 de 23/11/2021 em que o Secretário Municipal de Saúde informou que a auditora se aposentou e até o momento, o médico regulador desempenha também as ações de auditoria assistencial, sem nomeação. Foram apresentados à equipe de auditoria registros de visita ao prestador realizadas pelo médico, Sr. E.C.S.C. Tal fato está em desacordo com Decreto nº 1.651/1995, Artigo 4º, § 3º, Manual ORIENTAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE COMPONENTE DO SISTEMA NACIONAL DE AUDITORIA DO SUS, SNA, VOLUME 3, BRASILIA/DF MS/2014- p.28.

**Fonte da Evidência:** Ofício nº 467/2021 de 23/11/2021

Registros de visita de 24/08/2021, 28/09/2021 e 26/10/2021 assinados pelo Superintendente Regulador/Médico Auditor E.C.S.C.,

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº363, de 22/07/2022, o representante legal da Pessoa Jurídica, Sr. E.L. encaminhou a seguinte manifestação: A Secretaria Municipal de Saúde possui equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria assistencial. Está pendente somente o ato formal de nomeação dos servidores que desempenham a função, o que já está sendo providenciado pela gestão.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº.259/2022, a pessoa física L.P.S.S. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1. De acordo com manifestação encaminhada pelo auditado, a SMS de Formiga possui equipe multiprofissional para desempenhar ações de auditoria e está pendente o ato formal de nomeação dos servidores que desempenham a função. Entretanto, permanece a não conformidade, pois não foi encaminhada a nomeação dos auditores e o médico Sr. E.C.S.C. que estava como auditor na data da auditoria operativa foi nomeado para exercer o cargo de Diretor de Regulação do SUS a partir de 01/06/2022.

2. Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação encaminhada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se que a SMS de Formiga realize a designação de equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria assistencial conforme preconiza o Decreto nº 1.651/1995, Artigo 4º, § 3º, Manual ORIENTAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE COMPONENTE DO SISTEMA NACIONAL DE AUDITORIA DO SUS, SNA, VOLUME 3, BRASILIA/DF MS/2014- p.28.

Auditoria nº 678





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FORMIGA	16.784.720/0001-25

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 640495

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

**Constatação:** Incompatibilidade de informações referente a cargos de servidores do SRCA em comparação com o Organograma da SMS de Formiga/Portal da Transparência.

**Evidência:** De acordo com o organograma da SMS de Formiga, disponibilizado por meio da Lei Complementar Municipal nº 169 de 26/10/2017, existe previsão de cargo/função gratificada para Coordenador de enfermagem regulador/Auditor SUS e Superintendente Regulador/Auditor SUS, porém, enquanto o cargo Superintendente Regulador/Auditor SUS está vinculado ao Assessor Técnico do SUS, o cargo de Coordenador de enfermagem regulador/Auditor SUS está ligado ao setor de Regulação. Assim, os cargos relacionados à auditoria estão em setores diferentes com atribuições distintas.

Verificou-se, por meio do Portal da Transparência, que os cargos descritos estão sendo ocupados por servidores que desempenham outras funções na SMS de Formiga, em setores diferentes na Prefeitura Municipal de Formiga. O Sr. E.C.S.S., médico que desempenha a função de Superintendente Regulador/Auditor SUS está nomeado para o cargo de Diretor de Regulação (Portaria Municipal nº0054/2021). Com relação à responsável pelo setor de Regulação, Sra. A.L.S.C., a mesma consta no Portal da Transparência como Diretora de Vigilância em Saúde. As atribuições descritas na Lei Municipal nº5050/2015, art. 6º, estão divergentes do organograma apresentado e do Portal Transparência. Tal fato está em desacordo com Lei Municipal nº5050/2015 art. 6º.

**Fonte da Evidência:** Lei Complementar Municipal nº 169 de 26/10/2017  
consulta ao Portal Transparência da Prefeitura Municipal de Formiga - link [https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-130/con\\_servidoresativos.faces](https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-130/con_servidoresativos.faces), acesso realizado em 13/12/2021 Portaria Municipal nº0054/2021 de 01/01/2021  
Lei Municipal nº5050/2015.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº363/2022, de 22/07/2022, o representante legal da Pessoa Jurídica, Sr. E.L. encaminhou a seguinte manifestação: Quanto ao organograma esclarecemos que esse foi elaborado no ano de 2017 sendo que à época não foram observadas as devidas relações das funções e que a atual gestão pretende realizar as correções necessárias para adequar o organograma conforme as normas regulatórias.

Informamos que no ano de 2022 foi sancionada a Lei Complementar nº. 226/2022 que possibilitou a nomeação da servidora A. L. S. C. no cargo de Diretor de Regulação e Faturamento e o servidor E. C. S. no cargo de Diretor de Regulação do SUS. Segue as atribuições dos dois cargos: CARGO: DIRETOR DE REGULAÇÃO DO SUS: Auxiliar na elaboração e revisão dos protocolos de regulação; Realizar solicitações de procedimentos mais específicos, quando for necessário, para a devida autorização; Efetuar a análise de solicitações relacionadas com procedimentos pendentes, podendo negar, autorizar ou devolver; Informar a justificativa nos casos de devolução e negativa quanto à liberação de procedimentos; Excluir solicitações já autorizadas quando existirem justificativas plausíveis para esta ação; Examinar as fichas relacionadas com procedimentos ambulatoriais, hospitalares e de diagnóstico, conferindo o seu correto preenchimento, complementando ou glosando quando surgirem erros; Examinar e conferir as faturas geradas, liberando a realização do pagamento com relação aos procedimentos elencados; Avaliação e liberação de AIHs e APACs e outros para a realização de procedimentos cirúrgicos das mais variadas complexidades dentro da assistência à saúde; Conferência e liberação relacionada com procedimentos de atendimento especializado e de outros tipos de clínica de acordo com as normas técnicas do SUS; Orientar sobre glosa e negativa do pagamento de todos os procedimentos preenchidos ou realizados de forma incorreta, com relação à determinação



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



técnica do sistema de saúde; Executar outras tarefas correlatas. CARGO: DIRETOR DE REGULAÇÃO E FATURAMENTO: Atribuições: Assessorar e coordenar todos os processos de regulação e faturamento; Assessorar o secretário no controle e regulação de acessos aos diversos programas de saúde do município; Elaborar estudos e planejamento de ações e estratégias para otimizar e adequar os programas de saúde à necessidade do município; Fazer o controle e auditoria de todos os serviços credenciados pelo SUS, no município; Administrar todos os laudos de internação e procedimentos de média e alta complexidade, que são recepcionados, conferidos, auditados e digitados antes da liberação para faturamento pelo prestador; Conferir produção para ser processada, auditada e calcular crédito para efetuar o repasse aos prestadores; Controle do fluxo de atendimento relacionado ao repasse financeiro de recurso estadual/federal; Análise para remanejamento de PPI; Organização de fluxos de referência especializada intermunicipal, baseada na PPI; Credenciamento e habilitação de serviços de média e alta complexidade; Relacionamento com o Setor de Licitação e Setor Jurídico para controle de contratos dos prestadores terceirizados; Relacionamento com a Coordenação da Atenção Primária para análise de metas a serem atingidas/a atingir e fluxo de informações; Análise do teto MAC e relacionamento com o setor de Contabilidade, visando projetar pagamentos de fornecedores, etc; Cuidar do patrimônio em domínio da secretaria de saúde; Zelar pelos bens da secretaria de saúde; Executar outras tarefas correlatas ou determinadas por superiores.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 259/2022, a pessoa física L.P.S.S. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

#### Análise da Justificativa:

1. De acordo com manifestação encaminhada pelo auditado, o organograma será revisado para correções necessárias conforme as normas regulatórias. Foi informado que no ano de 2022 foi sancionada a Lei nº 226/2022 que possibilitou a nomeação da da servidora sra. A.L. S.C. para o cargo de Diretor de Regulação e Faturamento e do servidor E.C.S.C. para o cargo de Diretor de Regulação do SUS. Não foi apresentada a Lei nº226/2022 e nem novo organograma compatível com a mesma bem como nomeações referente ao reenquadramento dos servidores e informações referentes ao Portal Transparência municipal.

2. Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação encaminhada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

#### Acatamento da Justificativa:

Não

**Recomendação:** Recomenda-se que a SMS de Formiga promova a compatibilidade de informações referente a cargos de servidores do SRCA, o Organograma da SMS de Formiga e Portal da Transparência conforme preconiza Lei Municipal nº5050/2015 art. 6º.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FORMIGA	16.784.720/0001-25

**Grupo:** Sistema Nacional de Auditoria

**Constatação Nº:** 640498

**Subgrupo:** Processo

**Item:** Normas/Rotinas de Trabalho/Atividades

**Constatação:** O Componente Municipal não realiza ações de Auditoria.

**Evidência:** Não foi apresentado documentos que evidenciem a realização de ações de auditoria assistencial sobre a produção de serviços de saúde, públicos e privados, sob sua gestão, em articulação com as ações de controle, avaliação e regulação assistencial. Foi apresentado pela SMS de Formiga apenas 01 relatório de auditoria assistencial assinado pela Coordenadora de Auditoria nº 678



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Enfermagem/Reguladora Auditora do SUS, Sra. M.I.S., datado de 06/02/2020. Não foi apresentado Regulamento e/ou protocolo de atuação do Componente Municipal de Auditoria - CMA que identifica a previsão de garantia ao auditado de direito à defesa nos casos de irregularidades identificadas nas atividades de auditoria e a previsão do encaminhamento das conclusões destas atividades aos órgãos de controle interno e externo. Não foram apresentados expedientes ou documentos em que conste a padronização e/ou realização de encaminhamento ao auditado das não conformidades identificadas em ações de auditoria, para que fosse assegurado e oportunizado o amplo direito de manifestação do auditado. Também não foram apresentados documentos que evidencie a padronização e/ou realização de encaminhamento das conclusões das ações de auditoria e dos Relatório de Auditoria aos órgãos de controle interno e externo. Tal fato está em desacordo com o Decreto nº 1.651/1995, art. 2º, art. 3º, inciso III, art. 10º, Resolução CIT Nº 4/2012, 4.1, 'q' e 'r', art. 10 Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.349/2021, Anexo Único, Inciso VIII e IX, Manual: Auditorias do SUS - Orientações Básicas/O processo de trabalho da auditoria do SUS, MS/2011, Capítulo 3, item 3.9 e 3.12.

**Fonte da Evidência:** Registro de visita de 24/08/2021 assinado pelo médico Sr. E.C.S.C.;  
Registro de visita de 28/09/2021 assinado pelo médico Sr. E.C.S.C.;  
Registro de visita de 26/10/2021 assinados pelo médico Sr. E.C.S.C.;  
Relatório de Auditoria de 06/02/2020, assinado pela Coordenadora de Enfermagem/Reguladora Auditora do SUS Sra. M.I.S.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº363/2022, de 22/07/2022, o representante legal da Pessoa Jurídica, Sr. E.L. encaminhou a seguinte manifestação: Após a reunião realizada com os auditores a Secretaria Municipal de Saúde iniciou a busca por profissional capacitado para exercer a função e após reestruturação da estrutura administrativa foi possível a nomeação da servidora M.I.S., responsável pelo serviço de Auditoria, que desde sua nomeação está empenhada na organização do processo de trabalho delegando funções e envolvendo os demais profissionais necessários para as ações de auditoria assistencial. Devido à complexidade dos instrumentos necessários para o desenvolvimento do trabalho de auditoria a padronização do serviço ainda está sendo desenvolvida.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº.259/2022, a pessoa física L.P.S.S. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1. De acordo com manifestação encaminhada pela SMS de Formiga, foi informada a nomeação da servidora M.I.S. responsável pelo serviço de auditoria. Não foi encaminhado documento comprobatório da nomeação da mesma. Declara ainda que devido à complexidade dos instrumentos necessários para organização do processo de trabalho, a padronização do serviço ainda está sendo desenvolvida. O auditado não apresentou documentos para afastar a não conformidade.

2. Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação encaminhada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se que a SMS de Formiga realize a regulamentação do Componente Municipal de Auditoria, padronizando ações de auditoria assistencial conforme preconizam o Decreto nº 1.651/1995, art. 2º, art. 3º, inciso III, art. 10º, a Resolução CIT Nº 4/2012, 4.1, 'q' e 'r', art. 10 Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.349/2021, Anexo Único, Inciso VIII e IX e o Manual: Auditorias do SUS - Orientações Básicas/O processo de trabalho da auditoria do SUS, MS/2011, Capítulo 3, item 3.9 e 3.12.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FORMIGA	16.784.720/0001-25

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 640503

Auditoria nº 678



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Alimentação de Sistemas Informatizados

**Constatação:** A Secretaria Municipal da Saúde realiza o processamento da produção dos estabelecimentos de saúde próprios e contratados nos sistemas de informação do SUS.

**Evidência:** Verificou-se que os relatórios de acompanhamento do SIA e SIHD extraídos do DATASUS demonstram que o serviço de Regulação realiza o processamento da produção dos estabelecimentos de saúde. No ano de 2021, os históricos de entrega das remessas do SIHD demonstram a regularidade de apresentação da produção hospitalar do prestador ao sistema, com eventuais bloqueios. Com relação ao processamento do SIA SUS, a SMS de Formiga realizou as entregas dentro do mês de competência, com produção processada sem erros e de acordo com a Ficha de Programação

Orçamentária (FPO) do ano de 2021. Tal de fato está de acordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, §3º, inciso XII, Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1. 'H', DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 3.349, DE 17 DE MARÇO DE 2021, Anexo Único, Inciso III e Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso VI.

**Fonte da Evidência:** Consulta ao site do DATASUS - SIA em 13/10/2021  
<http://sia.datasus.gov.br/remessa/AcompanhamentoRenessa.php>,  
Consulta ao site do DATASUS - SIHD em 13/10/2021  
[http://sihd.datasus.gov.br/remessa/SIHD2\\_MostraRemessas.php](http://sihd.datasus.gov.br/remessa/SIHD2_MostraRemessas.php)  
Ficha de Programação Orçamentária (FPO) do ano de 2021. **Conformidade:**

Conforme

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 640505

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Rotinas de Trabalho

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde possui protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para uso na regulação em consonância com as diretrizes estaduais e nacionais, porém não implementados.

**Evidência:** A SMS de Formiga apresentou o Manual de Regulação do Município de Formiga - MG controle, avaliação, regulação e auditoria - 2019 em que constam os protocolos clínicos. Porém, neste manual não constam as diretrizes terapêuticas. O manual não foi implementado no setor. Não foram apresentados documentos que comprovem a divulgação e capacitação dos profissionais do serviço de controle e avaliação em relação aos protocolos/diretrizes terapêuticas do período de setembro/2019 a novembro/2021, estas informações foram confirmadas em entrevista com a responsável pelo setor de Regulação da SMS de Formiga, Sra. A.L.S.C.. Tal fato está em desacordo com Manual de Regulação do Município de Formiga - MG controle, avaliação, regulação e auditoria - 2019 Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1. 'E', GUIA DE

GOVERNANÇA E GESTÃO EM SAÚDE TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, Cap. 4. GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE,

Secretarias de Saúde, pág.78, item de controle MAC4.7 Disponível em  
<https://portal.tcu.gov.br/data/files/0A/52/94/E4/5F3F561019190A56E18818A8/GUIA%20GOVERNANCA%20EM%20SAUDE>

**Fonte da Evidência:** Manual de Regulação do Município de Formiga - MG - controle, avaliação, regulação e auditoria - 2019;  
Termo de Entrevista da Sra. A.L.S.C., responsável pelo setor de Regulação da SMS de Formiga, realizada em 09/12/2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº10/2022, de 26/04/2022, o representante legal da Pessoa Jurídica, Sr. E.L. encaminhou a seguinte manifestação: Os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas estão passando por revisão no âmbito da atenção primária sendo que, a princípio, o município tinha a pretensão de implementá-los no ano de 2020, contudo, devido à pandemia pelo Coronavírus, os planos para implementação foram suspensos. Após a situação de emergência devido a pandemia, a Secretaria de Saúde de Formiga já está tomando todas as providências para implementação dos protocolos.

Auditoria nº 678



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 259/2022, a pessoa física L.P.S.S. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

#### Análise da Justificativa:

1. De acordo com manifestação encaminhada pela SMS de Formiga, os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas para uso na regulação não foram implementados devido à Pandemia COVID-19. Considerando o contexto singular imposto pela Pandemia COVID-19 e que o Manual de Regulação do Município de Formiga MG deve ser implementado no setor de Regulação, considera-se que as justificativas apresentadas foram parcialmente acatadas.

2. Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação encaminhada, considera-se que as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Parcialmente

#### Recomendação:

Recomenda-se que o Serviço de Controle, Regulação e Avaliação implemente os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas no setor conforme preconiza o Manual de Regulação do Município de Formiga - MG controle, avaliação, regulação e auditoria - 2019 Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1. 'E', GUIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO EM SAÚDE TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, Cap. 4. GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE, Secretarias de Saúde, pág.78,

item de controle MAC4.7 Disponível em <https://portal.tcu.gov.br/data/files/0A/52/94/E4/5F3F561019190A56E18818A8/GUIA%20GOVERNANCA%20EM%20SAUDE> **Destinatários**

#### da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FORMIGA	16.784.720/0001-25

**Grupo:** Regulação **Constatação Nº:** 640507

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Estruturação/Fundamentação Legal

**Constatação:** O Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA) não utiliza protocolos de regulação de acesso.

#### Evidência:

A SMS de Formiga apresentou o Manual de Regulação do Município de Formiga - MG controle, avaliação, regulação e auditoria - 2019 em que constam os protocolos de regulação de acesso. Não foram apresentados pela SMS de Formiga documentos que indiquem que os protocolos de regulação de acesso foram elaborados, discutidos, aprovados, divulgados, implementados e que houve algum tipo de capacitação dos servidores do SCRA e dos profissionais das unidades de saúde em relação aos protocolos de Regulação de Acesso do período de setembro/2019 a dezembro/2021. Esta informação foi confirmada por meio do Ofício nº 467/2021 de 23/11/2021, em que o Secretário Municipal de Saúde informou que essas rotinas são executadas, porém não foram registradas e confirmada também em entrevista com a responsável pelo setor de Regulação da SMS de Formiga, Sra. A.L.S.C.. Tal fato está desacordo Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., 'f', Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V, Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1., inciso IV, GUIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO EM SAÚDE TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, Cap. 4. GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE -Secretarias de Saúde, pág.78, item de controle MAC4.6

Disponível:

<https://portal.tcu.gov.br/data/files/0A/52/94/E4/5F3F561019190A56E18818A8/GUIA%20GOVERNANCA%20EM%20SAUDE>

#### Fonte da Evidência:

Manual de Regulação do Município de Formiga MG controle, avaliação, regulação e auditoria - 2019

Termo de Entrevista de A.L.S.C., responsável pela Regulação da SMS de Formiga, realizada em 09/12/2021 Ofício nº 467/2021 de 23/11/2021.

Auditoria nº 678





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº 363/2022, de 22/07/2022, o representante legal da Pessoa Jurídica, Sr. E.L. encaminhou a seguinte manifestação: Os protocolos de regulação de acesso estão passando por uma ampla revisão já que sua elaboração se deu em um momento em que o município não era pleno em sua gestão sendo que novos protocolos devem ser formatados observando a nova realidade municipal.

Quanto às capacitações, informamos que as mesmas foram realizadas, contudo, em razão da necessidade de mudanças nos protocolos as mesmas deverão ser novamente realizadas com o devido registro.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº.259/2022, a pessoa física L.P.S.S. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:**

1. De acordo com manifestação encaminhada pela SMS de Formiga, os protocolos de regulação de acesso estão defasados, pois foram criados antes de que o município habilitasse em gestão plena de seus prestadores. Declara ainda que as capacitações foram realizadas, sem registros. Contudo, em razão da necessidade de mudanças nos protocolos, as mesmas deverão ser novamente realizadas, com o devido registro. Devido a ausência de comprovação documental das providências que estão sendo tomadas pela SMS, permanece a não conformidade.

2. Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação encaminhada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se que o Serviço de Controle, Regulação e Avaliação utilize os protocolos de regulação de acesso conforme preconiza a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., 'f', Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V, Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, inciso IV, GUIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO EM SAÚDE TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, Cap. 4. GESTÃO PÚBLICA EM SAÚDE -Secretarias de Saúde, pág.78, item de controle MAC4.6 Disponível: <https://portal.tcu.gov.br/data/files/0A/52/94/E4/5F3F561019190A56E18818A8/GUIA%20GOVERNANCA%20EM%20SAU> **Destinatários**

#### da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FORMIGA	16.784.720/0001-25

**Grupo:** Regulação **Constatação Nº:** 640508

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Recursos Humanos/Capacitação

**Constatação:** O SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde.

**Evidência:** Constatou-se que o SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde. Não foi apresentado o cronograma de capacitações pelo SCRA de forma periódica das equipes que atuam nas unidades de saúde. O documento comprobatório apresentado (Comunicação Interna nº277/2019) foi apenas uma proposta de capacitação referente à regulação dos encaminhamentos das consultas especializadas na Secretaria Municipal de Saúde para os médicos da rede que seria realizada em 18/07/2019, data esta anterior ao período em que a secretaria se tornou gestão plena de sistemas de saúde. Em entrevista com três (03) profissionais da enfermagem das unidades básicas de saúde do município de Formiga, foi confirmado que não houve capacitação das equipes das unidades de saúde pelo SCRA. Tal fato está em desacordo com Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, Inciso VII.

Auditoria nº 678



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Fonte da Evidência:** Termo de Auditoria da atividade nº 678 de 12/12/2021;  
Termo de Entrevista com profissionais da enfermagem Sra. F.M.R.M., Sra. E.A.A. e Sra. M.I.M. realizadas em 09/12/2021;  
Comunicação Interna nº 277/2019 de 08/07/2019.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº 363/2022, de 22/07/2022, o representante legal da Pessoa Jurídica, Sr. E.L. encaminhou a seguinte manifestação: Após a revisão dos protocolos de regulação do acesso, a Secretaria de Saúde irá promover as capacitações necessárias.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº.259/2022, a pessoa física L.P.S.S. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1. De acordo com manifestação encaminhada pela SMS de Formiga, foi informado que após a revisão dos protocolos de regulação de acesso, serão realizadas as capacitações necessárias. Devido a ausência de comprovação documental das providências que estão sendo tomadas pela SMS, permanece a não conformidade.  
2. Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação encaminhada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se que o Serviço de Controle, Regulação e Avaliação capacite de forma permanente as equipes das unidades de saúde conforme preconiza a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, Inciso VII. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FORMIGA	16.784.720/0001-25

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 640509

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Recursos Humanos/Capacitação

**Constatação:** As equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.

**Evidência:** Constatou-se que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente. Não foi apresentado o cronograma de capacitações dos profissionais do SRCA referente ao período de setembro/2019 a dezembro/2021. Por meio do Ofício nº467/2021, o Secretário Municipal de Saúde afirmou que existe capacitação para as equipes, porém sem registros. Em entrevista, o servidor do setor de Regulação, Sr. A.G.L. afirmou não ter participado de capacitação específica para trabalhar no setor. A Sra. A.L.S.C. afirmou também em entrevista que não tinha conhecimento de capacitação de profissionais do setor, desde que assumiu o mesmo em agosto/2021. Os documentos apresentados pela SMS de Formiga referem-se à capacitação de profissional médico sobre protocolos de manejo clínico do Coronavírus, ou seja, de capacitação de profissionais da área da saúde para enfrentamento da Pandemia da Covid-19 realizada em 31/03/2020 e certificado do mesmo profissional no curso de participação e controle social (curso à distância com carga horária de 40 horas). Tais documentos não configuram como capacitação permanente de equipes do SRCA. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Inciso V.

**Fonte da Evidência:** Ofício nº 467/2021 de 23/11/2021  
Termo de Auditoria da atividade nº678 de 12/12/2021

Auditoria nº 678





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Certificado de capacitação nos protocolos de manejo clínico do coronavírus de 31/03/2020 Certificado do curso à distância - Participação e Controle Social - de 10/03/2020 a 10/05/2020

Termo de Entrevista realizada com Sr. A.G.L., servidor do setor de Regulação, em 09/12/2021.

Termo de Entrevista realizada com Sra. A.L.S.C., responsável pelo setor de Regulação, em 09/12/2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº 363/2022, de 22/07/2022, o representante legal da Pessoa Jurídica, Sr. E.L. encaminhou a seguinte manifestação: Após a revisão dos protocolos de regulação do acesso a Secretaria de Saúde irá promover as capacitações necessárias.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº.259/2022, a pessoa física L.P.S.S. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1. De acordo com manifestação encaminhada pela SMS de Formiga, foi informado que, após a revisão dos protocolos de regulação de acesso, serão realizadas as capacitações necessárias. Devido à ausência de comprovação documental das providências que estão sendo tomadas pela SMS, permanece a não conformidade.

2. Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação encaminhada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se que o Serviço de Controle, Regulação e Avaliação capacite de forma permanente as equipes das unidades de saúde conforme preconiza a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Inciso V. **Destinatários da**

#### Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FORMIGA	16.784.720/0001-25

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 640510

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Rotinas de Trabalho

**Constatação:** A SMS de Formiga não executa o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território.

**Evidência:** Constatou-se que a SMS de Formiga não executa o controle do acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis no seu território. Foram apresentadas, pela SMS de Formiga, agendas de marcação de procedimentos ambulatoriais e hospitalares conforme disponibilidade no território do município de Formiga do ano de 2021 bem como lista de espera dos munícipes para atendimento no próprio território dos usuários do SUS. Verificou-se, por meio de relatórios do SUSFácil de registros de encaminhamento dos munícipes para realização de procedimentos hospitalares disponíveis no território do município de Formiga do ano de 2021, que há registros efetivo de que a SMS de Formiga controla o acesso dos seus munícipes em internações eletivas ou urgência por meio do SUSFácil. Por meio de entrevista com a responsável pelo setor de Regulação Sra. A.L.S.C., verificou-se o correto fluxo de controle de acesso dos pacientes, porém, como os Protocolos Clínicos e de Regulação não estão implementados na SMS de Formiga, o controle de acesso não é executado de acordo com o estipulado pelos mesmos. Tal fato está em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., 'j' e Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, art.5º, inciso II.

Auditoria nº 678



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Fonte da Evidência:** Manual de Regulação do Município de Formiga - MG controle, avaliação, regulação e auditoria - 2019;  
Consulta ao SUSFácil de registros de encaminhamento dos municípios para realização de procedimentos hospitalares disponíveis no território no período de 2021 no site [http://www.susfacil.mg.gov.br/administrativo/seguranca/GEN/gen\\_acesso.php?ini=1](http://www.susfacil.mg.gov.br/administrativo/seguranca/GEN/gen_acesso.php?ini=1) ;  
Agendas e planilhas de marcação de procedimentos/consultas ambulatoriais da SMS de Formiga do ano 2021;  
Lista de Espera Interna TFD da SMS de Formiga do ano de 2021;  
Termo de Entrevista com a responsável pela Regulação da SMS de Formiga, Sra. A.L.S.C. realizada em 09/12/2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº363/2022, de 22/07/2022, o representante legal da Pessoa Jurídica, Sr. E.L. encaminhou a seguinte manifestação: Visando executar o controle do acesso da população própria aos serviços disponíveis, a Secretaria Municipal de Saúde está empenhada na revisão dos protocolos clínicos e de acesso e, após implantação, será possível o efetivo controle de acesso da população aos serviços de saúde disponíveis no território municipal.  
2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº.259/2022, a pessoa física L.P.S.S. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1. De acordo com manifestação encaminhada pela SMS de Formiga, foi informado que após a revisão dos protocolos clínicos e de acesso, será possível realizar o efetivo controle de acesso da população aos serviços de saúde disponíveis no território municipal. Devido à ausência de comprovação documental das providências que estão sendo tomadas pela SMS, permanece a não conformidade.

2. Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação encaminhada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se que a SMS de Formiga execute o controle de acesso da população própria aos serviços de saúde disponíveis em seu território conforme preconiza Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., 'j' e Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, art.5º, inciso II. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FORMIGA	16.784.720/0001-25

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 640511

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Rotinas de Trabalho

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde controla a referência de seus municípios a ser realizada em outros municípios apenas de acordo com a PPI, sem Protocolos Clínicos e de Regulação de Acesso.

**Evidência:** Constatou-se que a Secretaria Municipal de Saúde executa o controle da referência de seus municípios a ser realizada em outros municípios apenas de acordo com a PPI. Os documentos apresentados pela SMS de Formiga demonstram o controle da referência dos municípios de Formiga em conformidade com a PPI. Foram apresentadas agendas de marcação de procedimentos ambulatoriais e hospitalares em outros municípios bem como lista de espera dos municípios para atendimento em outros municípios do ano de 2021. Porém, como os Protocolos Clínicos e de Regulação não estão implementados na SMS de Formiga, não há o controle

Auditoria nº 678



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



de acesso a outros municípios que seja baseado nesses protocolos. Ressalta-se que em entrevista com três profissionais de enfermagem da Atenção Básica do município de Formiga, ficou confirmado que a contra referência acontece somente para consultas com retorno em outros municípios. Tal fato está em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., 'g' e Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, IV).

**Fonte da Evidência:** Agendas e planilhas de marcação de procedimentos/consultas ambulatorial e hospitalar em outros municípios do ano de 2021;  
Lista de Espera Interna e TFD da SMS de Formiga do ano de 2021;  
Termo de Entrevista com profissionais da enfermagem Sra. F.M.R.M., Sra. E.A.A. e Sra. M.I.M. realizadas em 09/12/2021;  
Fotos de Guias de Encaminhamentos com contra referência do ano de 2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº 363/2022, de 22/07/2022, o representante legal da Pessoa Jurídica, Sr. E.L. encaminhou a seguinte manifestação: Visando executar o controle do acesso a outros municípios a Secretaria Municipal de Saúde está empenhada na revisão dos protocolos clínicos e de acesso e, após implantação, será possível o efetivo controle de acesso aos serviços a outros municípios, controlando as cotas de modo uniforme de acordo com a programação pactuada e integrada da atenção à saúde, procedendo à solicitação e/ou autorização prévia.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº.259/2022, a pessoa física L.P.S.S. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1. De acordo com manifestação encaminhada pela SMS de Formiga, foi informado que após a revisão dos protocolos clínicos e de acesso, será possível realizar o efetivo controle de acesso da população aos serviços de saúde de outros municípios. Devido à ausência de comprovação documental das providências que estão sendo tomadas pela SMS, permanece a não conformidade.

2. Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação encaminhada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se que a SMS de Formiga controle a referência de seus munícipes a ser realizada em outros municípios de acordo com a PPI e Protocolos Clínicos de Regulação e de Acesso conforme preconiza Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., 'g' e Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, IV. **Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FORMIGA	16.784.720/0001-25

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 640512

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Rotinas de Trabalho

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde garante o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI.

**Evidência:** Constatou-se que a Secretaria Municipal de Saúde garante o acesso à população referenciada por outros municípios de

Auditoria nº 678



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



acordo com a PPI. Foram analisados os espelhos de AIHs dos usuários do ano de 2021, as planilhas de agendamentos de 2021, a relação da PPI dos municípios referenciados para o município de Formiga (Bambu, Córrego Danta, Córrego Fundo, Iguatama, Medeiros, Pains, Pimenta, Tabira), os relatórios de internações realizadas no 2º semestre de 2021 extraídos do sistema de informações SUSFácil, as agendas de procedimentos liberados pela Santa Casa de Formiga do ano de 2021, as agendas de marcação de procedimentos e consultas conforme a PPI do ano de 2021, com relação nominal dos pacientes e a Lista de marcação de procedimentos do ano de 2021 de municípios referenciados para o município de Formiga e foi constatado que há controle nos agendamentos pactuados. De acordo com entrevista realizada com a responsável pelo setor de Regulação Sra. A.L.S.C., na SMS de Formiga, há responsáveis designados para controlar a cota de PPI para atendimentos realizados (consultas, procedimentos e cirurgias) em Formiga, com exceção do consócio ICISMEP, que é demanda livre para marcação de consultas. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, V, Portaria de Consolidação nº 1 de 28/09/2017, Título I, art.3º.

**Fonte da Evidência:** Termo de Entrevista de Sra. A.L.S.C. - responsável pelo setor de Regulação da SMS de Formiga realizada em 09/12/2021;  
Relatórios da PPI de outubro/2021;  
Relatório de Internações realizadas no 2º semestre de 2021 extraídos do SUSFácil, [http://www.susfacil.mg.gov.br/administrativo/seguranca/GEN/gen\\_acesso.php?ini=1](http://www.susfacil.mg.gov.br/administrativo/seguranca/GEN/gen_acesso.php?ini=1);  
Agenda de Procedimentos liberados pela Santa Casa de Formiga do ano de 2021;  
Agenda de Marcação de procedimentos e consultas conforme a PPI do ano de 2021, com relação nominal dos pacientes;  
Lista de marcação de procedimentos do ano de 2021 de municípios referenciados para o município de Formiga **Conformidade:**

Conforme

**Grupo:** Regulação **Constatação Nº:** 640513  
**Subgrupo:** Controle e Avaliação  
**Item:** Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

**Constatação:** O SCRA participa da elaboração e revisão periódica da PPI.

**Evidência:** Constatou-se que o SCRA participa da elaboração e revisão periódica da PPI. Os documentos apresentados pela SMS de Formiga demonstram que as últimas revisões da PPI ocorreram em outubro de 2021, informação esta confirmada em entrevista com a responsável pelo setor de Regulação, Sra. A.L.S.C. Foram apresentadas as atas da reuniões da CIB do ano de 2021 em que constam discussões sobre a PPI com participação da SMS de Formiga bem como documentos técnicos para análise da revisão da PPI. Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, X.

**Fonte da Evidência:** Planilha de Remanejamento PPI de outubro 2021;  
Atas de reunião da CIB de janeiro/2021 a outubro/2021;  
Documento com análise para remanejamento de PPI da SMS Formiga de 2021;  
Termo de Entrevista de A.L.S.C. - responsável pelo setor de Regulação da SMS de Formiga realizada em 09/12/2021;  
Planilha de Remanejamento da PPI de outubro/2021.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Regulação **Constatação Nº:** 640514  
**Subgrupo:** Controle e Avaliação  
**Item:** Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

**Constatação:** O SRCA não realiza a adequação e orientação dos fluxos assistenciais a partir do controle do acesso.

**Evidência:** Constatou-se que com relação aos Relatórios de PPI de outubro/2021, lista de marcação de procedimentos do ano de 2021 de municípios referenciados para o município de Formiga **Conformidade:**



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



2021 de municípios referenciados para o município de Formiga, o SRCA participa das reuniões para remanejamento da PPI em CIB Micro e Macro, tem controle e organiza os fluxos de acesso dos usuários SUS. Segundo entrevista da responsável pelo setor de Regulação, Sra. A.L.S.C., a central de marcação é setor responsável pela distribuição das vagas de consultas, exames e procedimentos no município de Formiga e outros, seguindo a PPI. Na central de marcação, há a verificação das referências e distribuição de cotas da microrregião para média e alta complexidade. As planilhas são atualizadas pelo setor com controle de quantidade de vagas por município. Não foram apresentados documentos técnicos que subsidiem a revisão da PPI do ano de 2021. Com relação ao que foi contratado pelo município de Formiga para ampliação da rede própria de serviços ofertados, essa ampliação ocorreu por meio de adesão ao consórcio intermunicipal ICISMEP e, atualmente, o controle de consultas e exames da média complexidade pactuados não é controlado pelo SRCA, que ficou por demanda livre de procura do usuário ao serviço (Tabela de Serviços de Procedimentos em saúde de competência de outubro/2021). O funcionário de recepção do consórcio é quem fica responsável de receber os pacientes. Não tem controle específico das cotas, como é exigido pela regulação. o controle é apenas de pagamento ao consórcio

(relação de empenhos emitidos referentes ao consórcio ICISMEP). Estas informações pela confirmada em entrevista com a responsável pelo setor de Regulação sra. A.L.S.C. Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, inciso V.

#### Fonte da Evidência:

Relatórios da PPI de outubro/2021;

Relatório de Internações realizadas no 2º semestre de 2021 extraídos do SUSFácil, [http://www.susfacil.mg.gov.br/administrativo/seguranca/GEN/gen\\_acesso.php?ini=1](http://www.susfacil.mg.gov.br/administrativo/seguranca/GEN/gen_acesso.php?ini=1) ;

Lista de marcação de procedimentos do ano de 2021 de municípios referenciados para o município de Formiga;

Termo de Entrevista com a responsável pela setor de Regulação da SMS de Formiga, Sra. A.L.S.C, realizada em 09/12/2021;

Relação de empenhos emitidos referentes ao consórcio ICISMEP do período de 01/09/2021 a 11/11/2021;

Tabela de Serviços de Procedimentos em Saúde - competência outubro/2021.

Ata da 46ª Reunião Ordinária CIB Micro de 02/02/2021

Ata da 47ª Reunião Ordinária CIB Micro de 02/03/2021

Ata da 49ª Reunião Ordinária CIB Micro de 04/05/2021

Ata da 50ª Reunião Ordinária CIB Micro de 31/05/2021

Ata da 53ª Reunião Ordinária CIB Micro de 31/08/2021

Ata da 54ª Reunião Ordinária CIB Micro de 05/10/2021

Lista de Presenta da 47ª Reunião da CIB Micro de 02/03/2021

Ata da 131ª Reunião Ordinária CIB Macro de 05/10/2021

#### Conformidade: Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº10/2022, de 26/04/2022, o representante legal da Pessoa Jurídica, Sr. E.L. encaminhou a seguinte

manifestação: Visando executar o controle do acesso a outros municípios a Secretaria Municipal de Saúde está empenhada na revisão dos protocolos clínicos e de acesso e, após implantação, será possível o efetivo controle de acesso aos serviços a outros municípios, controlando as cotas de modo uniforme de acordo com a programação pactuada e integrada da atenção à saúde, procedendo à solicitação e/ou autorização prévia.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº.259/2022, a pessoa física L.P.S.S. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

#### Análise da Justificativa:

1. De acordo com manifestação encaminhada pela SMS de Formiga, foi informado que após a revisão dos protocolos clínicos e de acesso, será possível o efetivo controle de acesso aos serviços a outros municípios, controlando as cotas de acordo com a programação pactuada e integrada da atenção à saúde. Devido à ausência de comprovação documental das providências que estão sendo tomadas pela SMS, permanece a não conformidade.

2. Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação encaminhada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

#### Acatamento da Justificativa:

Não

Auditoria nº 678



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



**Recomendação:** Recomenda-se que a SMS de Formiga realize a adequação e orientação dos fluxos assistenciais a partir do controle de acesso conforme preconizado pela Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, inciso V. **Destinatários da**

### Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FORMIGA	16.784.720/0001-25

**Grupo:** Regulação **Constatação Nº:** 640515

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Documentação/Registros

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde de Formiga possui mecanismos para avaliar a satisfação do usuário.

**Evidência:** Constatou-se que a Secretaria Municipal de Saúde de Formiga possui mecanismos para avaliar a satisfação do usuário. Na documentação apresentada pela SMS de Formiga, ficou demonstrado que o Serviço de Ouvidoria de Saúde foi implantado na secretaria. Verificou-se a existência de regulamentação da Ouvidoria Municipal do SUS por meio do Decreto nº 7.221/2017, que tem como atribuição receber, registrar solicitações, reclamações, sugestões, denúncias, informações e elogios. De acordo com o organograma da SMS (Lei Complementar nº169/2017), o coordenador de auditoria do SUS está ligado à Diretoria Jurídica da SMS. Foram apresentadas à equipe de Auditoria as listas de protocolos com demandas de usuários SUS acolhidas pela ouvidoria municipal de saúde no período de 2017 a 2021. Esta informação foi confirmada em entrevista realizada com A.L.S.C., responsável pelo setor de Regulação da SMS de Formiga. Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, Inciso IX.

**Fonte da Evidência:** Decreto Municipal nº 7221 de 28/11/2017  
Lei Complementar Municipal nº 169 de 26/10/2017  
Termo de Entrevista de A.L.S.C. - responsável pelo setor de Regulação da SMS de Formiga, realizada em 09/12/2021  
Lista de Protocolos atendidos pela Ouvidoria Municipal no período de 2017 a 2021  
Formulário de sugestões e reclamações dos usuários SUS. **Conformidade:**

Conforme

**Grupo:** Regulação **Constatação Nº:** 640516

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

**Constatação:** O SRCA define a programação físico-financeira por estabelecimento de saúde.

**Evidência:** Constatou-se que o SRCA define a programação físico-financeira por estabelecimento de saúde. Foi possível verificar por meio dos Espelhos da Ficha de Programação Orçamentária (competência de janeiro a setembro/2021) da SMS de Formiga os registros da programação físico-financeira por estabelecimento de saúde no município. Esta informação foi confirmada em entrevista realizada com Sra. A.L.S.C. - responsável pelo setor de Regulação da SMS de Formiga, que relatou o fluxo de revisão da FPO (o setor de regulação é responsável pela revisão da FPO). Tal fato está de acordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., 'h' e DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 3.349, DE 17 DE MARÇO DE 2021, Anexo Único, Inciso III.

**Fonte da Evidência:** Espelhos da FPO de Formiga - período de competência de janeiro a setembro/2021  
Termo de Entrevista da Sra. A.L.S.C., responsável pelo setor de Regulação da SMS de Formiga, realizada em 09/12/2021

Portaria nº 678





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 640517

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Estruturação/Fundamentação Legal

**Constatação:** O profissional que autoriza as AIHs cumpre os pré-requisitos previstos nas normativas do SUS.

**Evidência:** Avaliou-se que a documentação apresentada (certificado de conclusão de curso de graduação e célula de identidade/CRM MG) demonstra que o profissional médico, Sr. E.C.S.C., é o responsável pela autorização das AIHs da Santa Casa de Formiga. Este profissional é vinculado ao gestor, não faz parte do corpo clínico médico da entidade e cumpre os pré-requisitos previstos nas normativas do SUS. Os espelhos de AIHs (competência 09/2021) apresentados pela SMS de Formiga foram autorizados por esse profissional médico, mesmo nome que consta na lista de autorizadores de AIH apresentada pela SMS de Formiga. Os espelhos de AIH da competência 09/2021 fornecidos foram analisados por amostragem e representam as internações reguladas por meio do SUSFácil no período de setembro/2021 a novembro/2021. Em entrevista realizada com o Sra. A.L.S.C., responsável pelo setor de Regulação, esta informou que o Sr. E.C.S.C. foi designado para realizar autorização de AIH e possui carga horária compatível para este serviço, realizando as autorizações diariamente por meio do sistema SUSFácil. Relatou ainda que as AIHs de urgência são liberadas se vierem do Pronto Atendimento Municipal de Formiga. Tal fato está de acordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017 - Item 4.3 - Aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º e Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1, 'h'; DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 3.349, DE 17 DE MARÇO DE 2021, Anexo Único, Inciso III.

**Fonte da Evidência:** Lista de autorizadores de AIH E APAC da Secretaria Municipal de Saúde - Formiga - MG  
Espelho de AIH - competência 09/2021  
Laudos para solicitação/autorização de mudança de procedimento e de procedimentos especiais do período de setembro a novembro/2021 Célula de Identidade do Médico sr. E.C.S.C. - CRM MG 14.952  
Certificado de Conclusão de curso de graduação em Medicina do sr. E.C.S.C.  
Termo de Entrevista da A.L.S.C., responsável pelo setor de Regulação da SMS de Formiga, realizada em 09/12/2021.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 640603

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Estruturação/Fundamentação Legal

**Constatação:** Não existe profissional de Nível Superior da Área da Saúde formalmente designado para autorização de APAC.

**Evidência:** Constatou-se que não existe profissional de Nível Superior da Área da Saúde formalmente designado para autorização de APAC. Foi apresentada a lista de autorizadores de AIH e APAC em que cita os seguintes profissionais de nível superior da Área da Saúde: a sra. L.E.F como responsável pelo serviço de saúde auditiva e APAE; as sras. M.G.F. e R.M.H.P. como responsáveis pela APAE e o sr. E.C.S.C. como responsável pela Santa Casa de Caridade de Formiga. Estes profissionais desenvolvem as ações de autorização de procedimentos e/ou exames sem designação formal, conforme descrito no Ofício nº467/2021. Em entrevista realizada com a Sra. A.L.S.C. responsável pelo setor de Regulação, esta informou que não há designação formal de autorizador de APAC e AIH. Tal fato está em desacordo com Manual de Operação do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, versão 1.0 - outubro 2012 (Item 2.5) - aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º (Link para acessar o Manual: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_tecnico\\_sistema\\_informacao\\_hospitalar\\_sus.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tecnico_sistema_informacao_hospitalar_sus.pdf)) e Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., 'h'.

Auditoria nº 678





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Fonte da Evidência:** Ofício nº 467/2021 de 23/11/2021  
lista de autorizadores de AIH e APAC  
Certificados de Diploma de nível superior  
Termo de Entrevista da A.L.S.C. responsável pelo setor de Regulação da SMS de Formiga, realizada em 09/12/2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº 363/2022, de 22/07/2022, o representante legal da Pessoa Jurídica, Sr. E.L. encaminhou a seguinte manifestação: A Secretaria Municipal de Saúde possui equipe para autorização de APAC. Está pendente somente o ato formal de nomeação dos servidores que desempenham a função, o que já está sendo providenciado pela gestão.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº 259/2022, a pessoa física L.P.S.S. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1. De acordo com manifestação encaminhada pela SMS de Formiga, foi informado a existência de equipe para autorização de APAC, porém não há ato formal para nomeação de servidores que desempenham a função. Devido à ausência de comprovação documental das providências que estão sendo tomadas pela SMS, permanece a não conformidade.  
2. Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação encaminhada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se que a SMS de Formiga formalize a designação dos servidores para autorização de APAC conforme preconizado pela Manual de Operação do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, versão 1.0 - outubro 2012 (Item 2.5) - aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º (Link para acessar o Manual: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_tecnico\\_sistema\\_informacao\\_hospitalar\\_sus.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tecnico_sistema_informacao_hospitalar_sus.pdf)) e Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., 'h'.

#### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FORMIGA	16.784.720/0001-25

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 640604

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Estruturação/Fundamentação Legal

**Constatação:** O Gestor de Saúde não estabelece o prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC, tanto para casos eletivos como para as urgências.

**Evidência:** Constatou-se que o Gestor de Saúde não estabelece o prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC, tanto para casos eletivos como para as urgências. Por meio do Ofício nº 467/2021 de 23/11/2021, a SMS de Formiga declarou que existem prazos estipulados para concessão de autorizações AIH e APAC tanto para os casos eletivos quanto para os casos de urgência, porém não foi apresentada norma municipal que estabeleça o prazo máximo das concessões de autorização de AIH e APAC. Tal fato está em desacordo com Portaria SAS/MS nº 1.011/2014, Artigo 7º.

**Fonte da Evidência:** Ofício nº 467/2021 de 23/11/2021.

**Conformidade:** Não Conforme

Auditoria nº 678



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº 363/2022, de 22/07/2022, o representante legal da Pessoa Jurídica, Sr. E.L. encaminhou a seguinte manifestação: A Secretaria Municipal de Saúde trabalha os prazos estipulados no sistema. Está pendente somente o ato formal estabelecendo os prazos, o que já está sendo providenciado pela gestão.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº.259/2022, a pessoa física L.P.S.S. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:**

1. De acordo com manifestação encaminhada pela SMS de Formiga, foi informado que a SMS segue os prazos estipulados no sistema, porém está pendente o ato formal estabelecendo estes prazos. Devido à ausência de comprovação documental das providências que estão sendo tomadas pela SMS, permanece a não conformidade.

2. Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação encaminhada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se que a SMS de Formiga estabeleça legalmente o prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações de AIH e APAC tanto para casos eletivos quanto para urgências conforme preconizado pela Portaria SAS/MS nº 1.011/2014, Artigo 7º.

**Destinatários da Recomendação**

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FORMIGA	16.784.720/0001-25

**Grupo:** Regulação **Constatação Nº:** 640605

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

**Constatação:** A Secretaria Municipal de Saúde de Formiga não monitora, nem fiscaliza ou avalia a execução dos procedimentos realizados nos estabelecimentos por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial.

**Evidência:** Foram apresentadas pela SMS de Formiga somente planilhas com avaliação de ocupação de leitos hospitalares do período de setembro/2019 a dezembro/2021 e planilha de dados do DATASUS sobre taxa de mortalidade no prestador hospitalar do mesmo período, sem devida análise do SRCA de Formiga. Não foram apresentadas atas de reuniões, relatórios de visitas e relatórios analíticos da execução e de indicadores que comprovem o acompanhamento dos prestadores de serviços ao SUS. As planilhas com avaliação de ocupação de leitos hospitalares do período de setembro/2019 a dezembro/2021 e as planilhas de acompanhamento de dados sobre taxa de mortalidade no prestador hospitalar do mesmo período não comprovam que a SMS de Formiga monitora, fiscaliza ou avalia a execução dos procedimentos realizados na Santa Casa de Formiga por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial. Nos relatórios de processamento do SIA-SUS e SIH do período de janeiro a dezembro/2021 não foram encontrados bloqueios nem reapresentações ou avaliação de procedimentos pela SMS de Formiga. Em entrevista realizada com a Sra. A.L.S.C. responsável pelo setor de Regulação, esta informou que não é realizado monitoramento dos serviços de saúde pactuados. Tal fato está em desacordo com a Resolução CIT nº 04/2012, Anexo I, Item 4.1., 'n' e Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.349, DE 17 DE MARÇO DE 2021, Anexo Único, Inciso VI.

**Fonte da Evidência:** Planilhas com avaliação de ocupação de leitos hospitalares do período de setembro/2019 a dezembro/2021 Planilhas de acompanhamento de dados sobre taxa de mortalidade no prestador hospitalar do período de setembro/2019 a dezembro/2021.

Relatórios de processamento do SIA-SUS e SIH do período de janeiro a dezembro/2021

Termo de Entrevista realizada com a Sra. A.L.S.C. responsável pelo setor de Regulação, realizada em 09/12/2021.

Auditoria nº 678



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº 363/2022, de 22/07/2022, o representante legal da Pessoa Jurídica, Sr. E.L. encaminhou a seguinte manifestação: O Município de Formiga assumiu a Gestão de seus prestadores em novembro de 2019, desta forma a avaliação e monitoramento dos relatórios trimestrais seriam iniciados em março de 2020. Ocorre que diante da pandemia do Novo Coronavírus, foi suspensa a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (Lei 13.992, de 22 de abril de 2020, e suas prorrogações/Deliberações do Estado de Minas Gerais) e diante dos esforços se concentrarem no enfrentamento da doença os servidores não tiveram condições de efetuar o devido acompanhamento e fiscalização da Contratualização, contudo após o momento vivenciado nos dois últimos anos a Comissão está realizando o devido acompanhamento e aprimorando o fluxo de trabalho.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº.259/2022, a pessoa física L.P.S.S. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1. De acordo com manifestação encaminhada pela SMS de Formiga, foi informado que o município de Formiga assumiu a gestão de seus prestadores em novembro de 2019. Conforme a Lei nº 13.992/2020, que suspendeu, diante da pandemia COVID-19, a obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviços de saúde no âmbito do SUS, essa justificativa foi acatada.

2. Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação encaminhada, considera-se foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

**Acatamento da Justificativa:** Sim

**Grupo:** Regulação **Constatação Nº:** 640606

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

**Constatação:** Existe Comissão de Acompanhamento da Contratualização com representantes da SMS e do hospital contratualizado para a Unidade Hospitalar Prestadora de Serviço.

**Evidência:** Constatou-se a existência de Comissão de Acompanhamento da Contratualização com representantes da SMS de Formiga e do hospital contratualizado para a Unidade Hospitalar Prestadora de Serviço. Por meio da Portaria nº4537 de 13/09/2021 do Gabinete do Prefeito, foram designados 12 servidores representantes da SMS de Formiga, 02 representantes da Santa Casa de Caridade de Formiga, 02 representantes da empresa de Serviço Integrado de Audiologia Ltda., 02 representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e 02 representantes da Fundação Educacional de Formiga. Esta Portaria apresenta a descrição das funções da Comissão de Acompanhamentos.

Em entrevista realizada com a Sra. A.L.S.C. responsável pelo setor de Regulação, esta afirmou que existe Comissão de Acompanhamento da Contratualização, com recente atualização dos membros. Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Cap. II, Art. 5º, Inciso VII e Capítulo V, Seção IV, Art. 32, Caput.

**Fonte da Evidência:** Portaria Municipal nº4537 de 13/09/2021.  
Termo de Entrevista realizada com Sra. A.L.S.C. responsável pelo do setor de Regulação, realizada em 09/12/2021.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Regulação **Constatação Nº:** 640607

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

Auditoria nº 678



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Item:** Estruturação/Fundamentação Legal

**Constatação:** A composição da Comissão de Acompanhamento da Contratualização foi objeto de publicação no Diário Oficial do município.

**Evidência:** Constatou-se que a composição da Comissão de Acompanhamento da Contratualização foi objeto de publicação no Diário Oficial do município. Verificou-se que no dia 14/09/2021 - Edição nº 3.093 no site eletrônico <http://www.diariomunicipal.com.br/amn-mg/CB8CD433> foi publicada a Portaria nº4537 de 13/09/2021 do Gabinete do Prefeito. Tal fato está de acordo com Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Art. 32, § 2º.

**Fonte da Evidência:** Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 14/09/2021 - Edição 3093, disponível no site eletrônico <http://www.diariomunicipal.com.br/amn-mg/CB8CD433>

**Conformidade:**

Conforme

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 640608

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

**Constatação:** A Comissão de Acompanhamento da Contratualização não monitora a execução das ações e serviços de saúde pactuados.

**Evidência:** A Comissão de Acompanhamento da Contratualização não monitora a execução das ações e serviços de saúde pactuados. Em 13/09/2021, foi publicada a Portaria nº4.537/2021 que constitui a Comissão de Acompanhamento da Contratualização. A SMS de Formiga apresentou a Ata da reunião Comissão de Acompanhamento Santa Casa de Caridade de Formiga realizada em 24/09/2021, tendo como pauta a prestação de contas das metas contratualizadas do período de 2019 a 2021, sem assinatura dos membros bem como uma tabela de avaliação das metas contratualizadas indicadores qualitativos. Nesta tabela, há descrição somente das metas assistenciais sem análise e parecer emitido pela Comissão. As metas de gestão e educação permanente do prestador não foi apresentadas e avaliadas. Mediante documentos apresentados, verificou-se que não há monitoramento e execução das ações e serviços de saúde pactuados por meio de avaliação do cumprimento das metas quali-quantitativa e físico-financeiro e avaliação da capacidade instalada do prestador. Em entrevista com a responsável pela Diretoria de Regulação sra. A.L.S.C., esta esclareceu que a Comissão está em fase de implantação, com ações incipientes. Tal fato está em desacordo com Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Art. 32, § 1º, incisos I a III.

**Fonte da Evidência:** Ata da reunião Comissão de Acompanhamento Santa Casa de Caridade de Formiga realizada em 24/09/2021;  
Tabela de avaliação das metas contratualizadas - indicadores qualitativos;  
Portaria nº4537 de 13/09/2021 do Gabinete do Prefeito;  
Termo de Entrevista de sra. A.L.S.C. - responsável pela Diretoria de Regulação da SMS de Formiga, realizada em 09/12/2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº 363/2022, de 22/07/2022, o representante legal da Pessoa Jurídica, Sr. E.L. encaminhou a seguinte manifestação: O Município de Formiga assumiu a Gestão de seus prestadores em novembro de 2019, desta forma a avaliação e monitoramento dos relatórios quadrimestrais seriam iniciados em março de 2020. Ocorre que diante da pandemia do Novo Coronavírus, foi suspensa a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (Lei 13.992, de 22 de abril de 2020, e suas prorrogações/Deliberações do Estado de Minas Gerais) e diante dos esforços se concentrarem no enfrentamento da doença os servidores não tiveram condições de efetuar o devido acompanhamento e fiscalização da Contratualização, contudo após o momento vivenciado nos dois últimos anos a Comissão está realizando o devido acompanhamento e aprimorando o fluxo de trabalho.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 259/2022, a pessoa física L.P.S.S. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1. De acordo com manifestação encaminhada pela SMS de Formiga, foi informado que o município de Formiga

Auditoria nº 678



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



assumiu a gestão de seus prestadores em novembro de 2019. Considerando a Lei nº 13.992/2020, que diante da pandemia COVID-19, suspendeu a obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviços de saúde no âmbito do SUS e que os servidores não tiveram condições de efetuar o devido acompanhamento e fiscalização da Contratualização no cenário singular imposto pela Pandemia COVID-19, essa justificativa foi acatada.

2. Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Por fim, avaliando-se a manifestação encaminhada, considera-se foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

**Acatamento da Justificativa:** Sim

**Grupo:** Regulação

**Constatação Nº:** 640609

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Estruturação/Fundamentação Legal

**Constatação:** Não existe Comissão responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde.

**Evidência:** Constatou-se que não existe Comissão responsável pelo TFD formalmente nomeado pelo Gestor de Saúde. Foi apresentada somente Portaria Municipal nº 272/2021 de 21/01/2021 com a nomeação da servidora Sra. E.G.M. como Coordenadora da Central de Marcação/TFD. Em entrevista com a responsável pelo setor de Regulação Sra. A.L.S.C., esta confirmou que não existe comissão responsável pelo TFD. Tal fato está em desacordo com Portaria SAS/nº55/1999, art. 6º, Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, caput do art. 6º Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, art. 6º, § 4º e Manual de Procedimentos de TFD - Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, item 2.2 (Disponível em: [https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/2015\\_Manual\\_tratamento\\_fora\\_domicilio.pdf](https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/2015_Manual_tratamento_fora_domicilio.pdf)).

**Fonte da Evidência:** Portaria Municipal nº 272/2021 de 21/01/2021;  
Termo de Entrevista de sra. A.L.S.C., responsável pelo setor da Regulação da SMS de Formiga realizada em 09/12/2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº 363/2022, de 22/07/2022, o representante legal da Pessoa Jurídica, Sr. E.L. encaminhou a seguinte manifestação: Em nova busca foi localizada a Portaria nº. 3291, de 28 de abril de 2017, que criou a Comissão de Análise de Processos de Solicitação de Tratamento Fora de Domicílio. Em resposta à auditoria foi encaminhada no dia 13 de dezembro de 2021 informação de que a SMS pretendia elaborar o fluxo e demais definições para o atendimento à Lei 5.526, de 18 de junho de 2020. Contudo, há a necessidade de revisão da mesma vez que alguns servidores já não integram mais o quadro de servidores sendo verificada a necessidade de adequação do texto da Portaria nº. 3291/2017, o que está sendo providenciado.

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº.259/2022, a pessoa física L.P.S.S. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:** 1. De acordo com manifestação encaminhada pela SMS de Formiga, foi informada a existência da Portaria Municipal nº 3291 de 28/04/2017 que criou a Comissão de Análise de Processos de Solicitação de Tratamento Fora Domicílio e que há necessidade de revisão do texto dessa portaria, já que alguns servidores já não integram mais o quadro da SMS. Devido à ausência de comprovação documental das providências que estão sendo tomadas pela SMS, permanece a não conformidade.

2. Não houve manifestação da pessoa física notificada.

Auditoria nº 678



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Por fim, avaliando-se a manifestação encaminhada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se que a SMS de Formiga formalize a nomeação dos servidores da Comissão responsável pelo TFD conforme preconizado pela Portaria SAS/nº55/1999, art. 6º, Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, caput do art. 6º Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, art. 6º, § 4º e Manual de Procedimentos de TFD - Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, item 2.2 (Disponível em: [https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/2015\\_Manual\\_tratamento\\_fora\\_domicilio.pdf](https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/2015_Manual_tratamento_fora_domicilio.pdf)). **Destinatários da**

#### Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FORMIGA	16.784.720/0001-25

**Grupo:** Regulação **Constatação Nº:** 640610

**Subgrupo:** Controle e Avaliação

**Item:** Rotinas de Trabalho

**Constatação:** O TFD foi concedido exclusivamente a pacientes atendidos na rede pública e conveniada/contratada pelo SUS conforme legislação.

**Evidência:** Por meio da documentação apresentada, verificou-se que o TFD foi concedido exclusivamente a pacientes atendidos na rede pública e conveniada/contratada pelo SUS. Foram apresentados os processos de concessão e pagamento de TFD do período de janeiro a outubro/2021 dos pacientes que receberam ajuda de custo. Os processos de concessão são constituídos por Notas de Subempenho, Autorização do Secretário Municipal de Saúde, cópia das passagens do meio de transporte utilizado pelo paciente e seu acompanhante (ida e volta) ao município executor do procedimento/exame, comprovante de atendimento do paciente SUS emitido pelo estabelecimento executor, comprovante de transferência bancária do recurso financeiro. Foi possível observar que a SMS de Formiga forneceu auxílio de passagem para pacientes da rede pública e conveniada/contratada pelo SUS em tratamento fora domicílio. Esta informação foi confirmada em entrevista realizada com a coordenadora do TFD sra. E.G.M. em 08/12/2021 e com o Secretário Municipal de Saúde sr. L.P.S.S., que deixou claro o fluxo para concessão de TFD na secretaria. De acordo com os entrevistados, no setor de TFD, são protocolados os documentos do paciente com solicitações de exames. Essa documentação é encaminhada ao médico autorizador. Assim que é autorizado o serviço, o paciente aguarda ser agendado de acordo com as vagas existentes. Os pedidos são normalmente das unidades de saúde, Unidade de Pronto Atendimento e Clínicas Especializadas. O processo de ajuda de custo é montado pelo assistente social da SMS de Formiga. O setor de contabilidade da Prefeitura Municipal é responsável pelo reembolso dos empenhos ao paciente do SUS. Foi apresentada a Lei Municipal nº5526/2020 que disponibiliza aos municípios o auxílio de TFD desde que devidamente requisitado pelo profissional da rede municipal SUS. Tal fato está de acordo Portaria SAS/nº55/1999, art. 1º, § 2º, Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, caput do art. 6º, Portaria de Consolidação nº 2 de 28/09/2017, Anexo XXVI, art. 6º, § 4º, Lei Municipal nº5526/2020 art. 1º Parágrafo Único e Manual de Procedimentos de TFD - Secretaria de Estado de Saúde de

Minas Gerais. Disponível em: [https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/2015\\_Manual\\_tratamento\\_fora\\_domicilio.pdf](https://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/2015_Manual_tratamento_fora_domicilio.pdf)

**Fonte da Evidência:** Termo de entrevista realizada com a coordenadora do TFD, Sra. E.G.M., em 08/12/2021  
Termo de entrevista realizada com o Secretário Municipal de Saúde, Sr. L.P. S.S., em 08/12/2021  
Processos de concessão e pagamento de TFD do período de janeiro a outubro/2021 Lei Municipal nº5526/2020.

Auditoria nº 678





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 640529

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Estruturação/Fundamentação Legal

**Constatação:** O Fundo Municipal de Saúde (FMS) constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos recursos.

**Evidência:** O FMS foi instituído pela Lei Municipal nº 1.983, de 09 de dezembro de 1991. Inscrito na condição de Matriz Natureza Jurídica 133-3 - Fundo Público da Administração Direta Municipal. Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018, documento extraído em 29/11/2021.

A Lei Orçamentária Anual (LOA 2021); demonstra em seu bojo, especificações dos programas de trabalho, finalidade, identificação das receitas e despesas, bem como classificação orçamentária, para todos os programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS); cuja movimentação financeira ocorre através do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

Em relação ao Quadro Demonstrativo da Despesa (QDD), (SIOPS) segundo e-mail recebido em solicitação do respectivo documento, informou que o SIOPS, só foi liberado para lançamentos recentes.

Foram analisados o Balancete da Despesa do período de 2021, bem como o Quadro Demonstrativo Orçamentário e Financeiro do período de 2021. Relação de Despesa de janeiro a novembro de 2021, com saldo atual; os quais demonstram o orçamento e as despesas efetuadas, no período de setembro de 2019 a novembro de 2021.

Em se tratando das Notas de Empenhos; foram analisadas por amostragem (julho, agosto e setembro de 2021); constam a classificação orçamentária, detalhamento das despesas, bem como, histórico, valor, ordenador da despesa/autorizador do pagamento, assinado pelo Senhor Secretário Municipal de Saúde e Gestor do SUS. Assinam também Superintendente Regulador como Liquidante e Técnico Contábil como responsável Técnico da Contabilidade.

Tais fatos estão de acordo com a Lei Complementar nº 141/2012, artigo 14.

Lei Municipal nº 1.983, de 09 de dezembro de 1991.

**Fonte da Evidência:** Lei Municipal nº 1.983, de 09 de dezembro de 1991.

Cartão de Inscrição Cadastral no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em 17 de abril de 1996.

Certidão de Extração de Documento, extraído em 29/11/2021.

LOA (2021).

Quadro Demonstrativo do Comportamento Orçamentário e Financeiro de Janeiro a Novembro de 2021.

Relação da Despesa Orçada no período de 2021.

Relação da Despesa Orçada com saldo atual (2021).

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 640542

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Movimentação financeira

**Constatação:** Os recursos financeiros da contrapartida municipal são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

Auditoria nº 678





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado

**Evidência:**

Analisados extratos bancários referentes às transferências bancárias (TED), e extratos de movimentações financeiras, demonstram que a conta corrente da contrapartida está vinculada ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

Agência 212-2, conta corrente nº 73092-0, Banco do Brasil S/A, FMS - CONTRAPARTIDA. E também Agência 0115/006/00000085-4 (conta), Caixa Econômica Federal (CEF - FMS). Agência 0115/006, conta 00000257-1 (CEF FMS).

Segundo esclarecimento do Setor Financeiro - Contabilidade da SMS de Formiga, as duas contas existentes da Contrapartida são para reduzir tarifas e facilitar as movimentações que exigem pagamento específico em determinada rede bancária; razão pela qual uma é na Caixa Econômica Federal e a outra no Banco do Brasil S/A.

Tais fatos estão de acordo com a Lei Complementar nº 141/2012, artigo 2º, parágrafo único.

**Fonte da Evidência:**

Extratos bancários referentes a julho de 2021 a setembro de 2021.

Relação de contas do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

Notas de Empenho referentes ao período de julho de 2021 a setembro de 2021. **Conformidade:**

Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 640549

**Subgrupo:** Fundo de Saúde

**Item:** Movimentação financeira

**Constatação:** O Gestor Municipal de Saúde ordena as despesas.

**Evidência:**

O Secretário Municipal de Saúde e Gestor do SUS foi nomeado pelo Senhor Prefeito do Município de Formiga/MG, através da Portaria Municipal nº 4215, de 19 de novembro de 2018, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (DOMM), em 22/11/2018, p. 63.

Analisada a totalidade de Notas de Empenho emitidas no período de julho a setembro de 2021, registram que o Ordenador de Despesa/Autorizador dos Pagamentos relacionados à Secretaria Municipal de Saúde; foram assinadas pelo Senhor Secretário Municipal de Saúde. Assinam também Superintendente Regulador como Liquidante e Técnico Contábil como responsável Técnico da Contabilidade.

Tal fato está de acordo com o Decreto Estadual nº 37924, de 16 de maio de 1996, artigo 21. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, artigo 63, e em especial artigo 64. Portaria Municipal nº 4215, de 19 de novembro de 2018. Lei Municipal nº 1.983, de 09 de dezembro de 1991.

**Fonte da Evidência:**

Por amostragem, Notas de Empenho referentes ao mês de julho/2021: 6818; 6932; 6934; 7028; 7030; 7032; 7034;

7041; 7072; 7139; 7568; 7570; 7574; 7576; 7578; 7583; 7584; 7603; 471-6; e 1464-6.

Por amostragem Notas de Empenho referentes ao mês de agosto/2021: 6653-7; 6653-9; 6653-10; 6653-11; 6653-

12; 3621-8; 686-5; 689-6; 692-6; 7776; 7802; 7816; 7820; 7839; 8543; 8546; 8548; 8550; 8553; 8559; 8562; 8563;

8565; 8567; 8569; 8699; 8700; 6549; 213-7; 1498-8; 209-6; 3614-4; 8757; 3621-9; 6975-2; 6975-3; 6996-2; 44602; 4460-3;

4460-4; 4460-5; 3712-4; 93-8; 214-8; 218-7; e 7722-2.

Por amostragem Notas de Empenho referentes ao mês de setembro/2021: 3691-8; 8870; 234-8; 9397; 9399; 9400; 9404;

9406; 9407; 9409; 9410; 9413; 9416; 9418; e 9420.

Portaria Municipal nº 4215, de 19 de novembro de 2018.

Lei Municipal nº 1.983, de 09 de dezembro de 1991.

**Conformidade:** Conforme

Auditoria nº 678



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 640550

**Subgrupo:** Execução Orçamentária

**Item:** Movimentação financeira

**Constatação:** O Gestor Municipal autoriza os pagamentos.

**Evidência:** Analisadas as amostras de Notas de Empenho do exercício de 2021, referentes ao período de julho a setembro, constatou-se que o Secretário Municipal de Saúde e Gestor do SUS é quem ordena a despesa e ordena ao pagamento, em conformidade com o Decreto Estadual nº 37924, de 16 de maio de 1996, artigo 21. Lei 8.080/1990, artigo 9º. Lei Municipal nº 1.983, de 09 de dezembro de 1991, Capítulo II - Seção I - Da Subordinação do Fundo, artigo 2º, Seção II - Das Atribuições do Secretário, artigo 3º, inciso I, ao X.

**Fonte da Evidência:** Por amostragem Notas de Empenho referentes ao mês de julho/2021: 6818; 6932; 6934; 7028; 7030; 7032; 7034; 7041; 7072; 7139; 7568; 7570; 7574; 7576; 7578; 7583; 7584; 7603; 471-6; e 1464-6.  
Por amostragem Notas de empenho referentes ao mês de agosto/2021: 6653-7; 6653-9; 6653-10; 6653-10; 6653-11; 6653-12; 3621-8; 686-5; 689-6; 692-6; 7776; 7802; 7816; 7820; 7839; 8543; 8546; 8548; 8550; 8553; 8559; 8562; 8563; 8565; 8567; 8569; 8699; 8700; 6549; 213-7; 1498-8; 209-6; 3614-4; 8757; 3621-9; 6975-2; 6975-3; 6996-2; 4460-2; 4460-3; 4460-4; 4460-5; 3712-4; 93-8; 214-8; 218-7; e 7722-2.  
Por amostragem Notas de Empenho referentes ao mês de setembro/2021: 3691-8; 8870; 234-8; 9397; 9399; 9400; 9404; 9406; 9407; 9409; 9410; 9413; 9416; 9418; e 9420. **Conformidade:**

Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 640555

**Subgrupo:** Contrato

**Item:** Contrato de Profissionais

**Constatação:** Os Contratos e Convênios analisados com prestadores hospitalares estão formalizados adequadamente, dispondo das cláusulas e condições necessárias e exigidas conforme legislação aplicável.

**Evidência:** Em consulta aos sites oficiais das esferas Federal e Estadual, não houve nenhum contrato/convênio formulado diretamente entre Órgãos das respectivas esferas, com prestadores de serviços do SUS; apenas transferências de recursos financeiros; através do Fundo Municipal de Saúde, no período de setembro de 2019 a dezembro de 2021 (Recurso Transferência Fundo a Fundo). Para aplicação dos recursos recebidos o Auditado apresentou os seguintes documentos: Contrato de Prestação de Serviços nº 087/2019; 097/2019; 099/2019; e Termo de Contratualização nº 001/2020.

Em 02/12/2019, foi celebrado o Contrato de Prestação de Serviços nº 099/2019 entre o Município de Formiga, através do (FMS), e a SANTA CASA DE CARIDADE DE FORMIGA/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 20.499.893/0001-79. Objeto: Prestação de Serviços de Saúde, que contemplam a atenção hospitalar e/ou ambulatorial, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) de Minas Gerais, a serem prestados pela CONTRATADA por intermédio de pactuação de metas no âmbito dos Programas Federais e Estaduais e Municipais, bem como atendimento de retaguarda de urgência e emergência a ser realizado na Unidade de Pronto Atendimento do Município de Formiga. Referido Contrato com vigência de 12 (doze) meses a contar a partir da assinatura. Extrato publicado no (DOMM), em 02/12/2019. Em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, o artigo 25, caput. Nesse interin, houve dois aditamentos; para incluir no Contrato original a dotação orçamentária designada, possibilitando assim, o repasse financeiro para cobertura dos incentivos municipais. Assinado em 3/12/2019.

Rescindido o anterior foi formalizado o TERMO DE CONTRATUALIZAÇÃO nº 001/2020, celebrado entre as mesmas partes. Consta que o objeto, além de prestação de serviços e atividades de saúde; prevê também a Reestruturação e Contratualização dos Hospitais

Auditoria nº 678



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Filantropicos no Sistema Único de Saúde (SUS). Assinado em 20/02/2020, com vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

Contrato de Prestação de Serviços nº 087/2019, celebrado pelo Município de Formiga/FMS e a Santa Casa, objetivando credenciamento de empresa especializada para a prestação de serviços de 800 (oitocentas) cirurgias eletivas de média complexidade nas especialidades de ginecologia, ortopedia, otorrinolaringologia, urologia vascular e geral, e até 2000 (duas) mil consultas médicas em atenção especializada. Vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura. Assinado em: 20/11/2019. Prorrogado para mais 12 (doze) meses.

Contrato de Prestação de Serviços nº 097/2019, formalizado entre o Município de Formiga, e a empresa SERVIÇO INTEGRADO DE AUDIOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.039.976/0001-40, para prestação de serviços em Atenção Auditiva, visando incorporação de recursos destinados ao custeio de procedimentos de manutenção/adaptação de órtese, próteses e materiais especiais (OPM); auditiva e ainda inclusão do procedimento de Sistema de Frequência Pessoal (FM), destinada à pessoa com perda de qualidade da audição, usuários de aparelho de amplificação sonora (AASI) ou (IC). Vigência de 12 (doze) meses, assinado em 02/12/2019. Aditivado para alteração de valor, em face da Tabela de Preços do MS/SUS, em vigor à época do Termo Aditivo. Assinado em 07/07/2020.

Tais fatos estão de acordo com a Lei Federal nº 8.666/1993, artigos 25, 54, parágrafo 1º, e artigo 55, artigo 38 da mesma Lei. Portaria de Consolidação nº 01/2017, artigo 130 ao 142. Portaria de Consolidação nº 02/2017 - Anexo XXIV - Capítulo II - artigo 32, § 1º, artigos 34, 35, e 36. Lei nº 8.666/1993, artigo 61, parágrafo único, artigo 65, § 1º.

#### Fonte da Evidência:

TERMO DE CONTRATUALIZAÇÃO nº 001/2020.

Em 02/12/2019, foi celebrado o Contrato de Prestação de Serviços nº 099/2019; originário do Processo Licitatório nº 0179/2019 - Inexigibilidade nº 014/2019.

Termos Aditivos I, e II, ao Contrato de Prestação de Serviços nº 099/2019.

Comprovante de Remessa (TED), ocorrido entre a conta corrente 00624031-6, agência 0115/006, (CEF - FMS), para a conta de titularidade da Santa Casa de Caridade de Formiga: agência 136, conta corrente 79696-4, UNICREDE, em 15/01/2020.

Contrato de Prestação de Serviços nº 087/2019.

Contrato de Prestação de Serviço nº 097/2019.

#### Conformidade: Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 640611

**Subgrupo:** Contrato

**Item:** Contrato de Empresa

**Constatação:** Os Contratos e Convênios analisados com prestadores hospitalares estão formalizados adequadamente, dispondo das cláusulas e condições necessárias e exigidas conforme legislação vigente.

**Evidência:** Para aplicação dos referidos recursos recebidos o Auditado apresentou os seguintes documentos: Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2020; nº 098/2020; Termo de Contratualização nº 003/2020; e Termo de Contratualização nº 001/2021.

Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2020, celebrado entre o Município de Formiga/MG, e a Fundação Educacional de Formiga - MG - FUOM, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.501.128/0001-26, cujo objeto é prestar serviços de saúde de fisioterapia e serviços ambulatoriais, com dotação orçamentária referente à Manutenção do Programa de Atendimento Especializado - BLMAC. Vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura. Assinado em 14/01/2020.

Contrato de Prestação de Serviços nº 098/2019, celebrado entre o Município de Formiga/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, representada pelo Senhor Secretário Municipal de Saúde e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Formiga - APAE

Auditoria nº 678



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



FORMIGA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.306.332/0001-64, com o objetivo de atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Celebrado em 02 de dezembro de 2019, com vigência de 12 (doze) meses, a partir da assinatura. Termo Aditivo, para acréscimo de R\$ 4.854,00 (quatro mil; oitocentos e cinquenta e quatro reais), em conformidade com a Portaria 677, de 02/04/2020. Assinado em 26/06/2020. Segundo Termo Aditivo, que altera a vigência, prorrogando-se para mais 12 (doze) meses, findando-se em 02/12/2021.

Termo de Contratualização nº 003/2020, celebrado entre o Município de Formiga, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, e o Serviço Integrado de Audiologia Ltda, com CNPJ nº 01.039.967/0001-40. Objeto: Dar continuidade à Prestação de Serviços em Atenção Auditiva. Vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura. Assinado em 25/11/2020. Termo Aditivo para inserção de dotação orçamentária específica à manutenção do Programa de Atendimento Especializado - MAC/Outros serviços de terceiros/pessoa jurídica. Assinado em 09/12/2020.

Contratualização nº 001/2021 - Prestação de Serviços (Plantões e Procedimentos Eletivos Ambulatoriais e Hospitalares 2021), entre o Município de Formiga e Instituição de Cooperação Internacional do Médio Paraopeba - ICISMEP; inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, para execução da Contratada dos seguintes serviços:

I- Procedimentos Ambulatoriais e Hospitalares Eletivos que não estejam contemplados pela cota mensal do município estabelecido pela ICISMEP, nem pela cota do município através de repasses do SUS, e nem contemplados em eventuais repasses de convênios firmados com Estado e/ou outros entes da Federação.

II- Assistência à Saúde Pública em Nível Ambulatorial e Hospitalar (Plantões).

III- Procedimentos Ambulatoriais e Hospitalares, inseridos na Programação Pactuada e Integrada ao (SUS) - PPI/SUS. Observada a capacidade operacional e da demanda, com relatórios de acompanhamento através do Contratante, nos termos normativos do (SUS). Assinado em 31/01/2021. Vigência até 31/12/2021.

Tais fatos estão de acordo com a C.F/1988, artigos 29, 30, 37, e 196, e seguintes. Lei 8080/1990. Lei Federal nº 8.142/1990, Artigo 3º, § 3º. Lei Federal nº 8.666/1993, Artigo 25, caput. Lei Federal nº Lei nº 11.107/2005, artigo 2º, § 1º, inciso III, c/c o Artigo 18 de Decreto Federal nº 6.017/2007. Lei Federal nº 4.320/1964. Portaria GM/MS nº 844, de 17 de março de 2019. Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.013, de outubro de 2019. Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.004, de 18 de outubro de 2019.

**Fonte da Evidência:** Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2020.  
Termo de Contratualização nº 003/2020.  
Contrato de Prestação de Serviços nº 098/2019.  
Termos Aditivos I, e II, ao contrato de Prestação de Serviços nº 098/2019.  
Contratualização nº 001/2021.  
Publicação de Edital no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (DOMM), em 31/12/2020. **Conformidade:**

Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 640626

**Subgrupo:** Convênios

**Item:** Formalização

**Constatação:** Os Convênios analisados com o prestador hospitalar estão formalizados adequadamente; dispondo das cláusulas e condições necessárias e exigidas conforme legislação aplicável.

**Evidência:** Para a aplicação dos referidos recursos recebidos o Auditado apresentou os seguintes documentos:  
Convênio nº 094/2019 e 095/2019.

Auditoria nº 678



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Convênio nº 094/2019, celebrado entre o Município de Formiga/MG, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, cadastrado no CNPJ sob o nº 01.1555.430/0001-45, e a Santa Casa de Caridade de Formiga, inscrita no CNPJ sob o nº 20.499.893/0001-79, com o objetivo de repasse financeiro por meio de Subvenção Social, destinada ao custeio de despesas de adequação de espaço físico, já existente para acomodação do Posto Avançado de Coleta Externa do HEMOMINAS - PACE, previsto no Plano de Trabalho. Assinado em 06/12/2019, com vigência até 30/11/2020.

Convênio nº 095/2019, celebrado entre o Município de Formiga/MG, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, cadastrado no CNPJ sob o nº 01.1555.430/0001-45, e a Santa Casa de Caridade de Formiga, cadastrada no CNPJ sob o nº 20.499.893/0001-79, cujo objeto para repasse de recurso, por meio de emendas positivas, destinado à aquisição de materiais hospitalares, materiais permanentes, medicamentos e realização de pequenas cirurgias, constantes no Plano de Trabalho. Assinado em 06/12/2019, com vigência até 06/12/2020.

Tais fatos estão de acordo com a Lei Federal nº 8.666/1993, artigo 54, § 1º e § 2º, artigo 55, incisos I, II, e III.

**Fonte da Evidência:** Convênio nº 094/2019. Convênio nº 095/2019.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 640636

**Subgrupo:** Licitação

**Item:** Habilitação

**Constatação:** Os contratos e/ou convênios formalizados com os prestadores hospitalares de Serviços ao SUS, foram precedidos de Processos Licitatórios, conforme legislação vigente.

**Evidência:** Foram apresentados pelo Auditado os seguintes documentos:

Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2020; Termo de Contratualização nº 001/2021; Contrato de Prestação de Serviços nº 087/2019; Contrato de Prestação de Serviços nº 097/2019; Contrato de Prestação de Serviços nº 98; e Contrato de Prestação de Serviços nº 099/2019.

O Contrato de Prestação de Serviços nº 099/2019, tem origem no Processo licitatório nº 0179/2019 - Inexigibilidade nº 014/2019, e consequentemente o Termo de Contratualização nº 001/2020.

O Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2020, está lastreado no Edital de Credenciamento nº 004/2019 - Processo Licitatório 182/2019 - Inexigibilidade nº 017/2019.

Contrato de Prestação de Serviços nº 87/2019, tem origem no Processo Licitatório Credenciamento 003/2019 Inexigibilidade nº 009/2019, Processo nº 143/2019.

O Contrato de Prestação de Serviços nº 097/2019, originário do Processo Licitatório nº 0180/2019 - Inexigibilidade nº 015/2019, e consequentemente o Termo de Contratualização nº 003/2020 (Serviço Integrado de Audiologia).

O Contrato de Prestação de Serviços nº 098/2019, tem origem no Processo Licitatório 0181/2019 - Inexigibilidade nº 016/2019.

Portanto, através da análise constatou-se que os Instrumentos Jurídicos formalizados entre o Município de Formiga/MG; através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde (FMS) e Prestadores de Serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS), foram precedidos de Processos Licitatórios na hipótese elencada na Lei de Licitações (Federal), nº

8.666/1993, Artigo 25, Inciso II. (Inexigibilidade - Credenciamento). Exceto a Contratualização nº 001/2021 - Prestação de Serviços (Plantões e Procedimentos Eletivos Ambulatoriais e Procedimentos Hospitalares), celebrado em 2021; está fundamentado na DISPENSA de Licitação prevista na Lei Federal nº 8.666/1993, no artigo 24, Inciso XXVI.

Auditoria nº 678



# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Tais fatos estão em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, Artigo 24, inciso XXVI, e Artigo 25, Inciso II.

**Fonte da Evidência:** Termo de Contratualização nº 001/2020.  
Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2020.  
Contrato de Prestação de Serviços nº 087/2019.  
Contrato de Prestação de Serviços nº 097/2019.  
Contrato de Prestação de Serviços nº 098/2019.  
Contrato de Prestação de Serviços nº 099/2019.  
Contratualização nº 001/2021.

**Conformidade:** Conforme

**Grupo:** Recursos Financeiros

**Constatação Nº:** 640653

**Subgrupo:** Licitação

**Item:** Procedimento

**Constatação:** Os Processo Licitatórios dos Convênios e/ou Contratos formalizados com prestadores hospitalares de serviços ao SUS, não estão devidamente instruídos, conforme legislação vigente.

**Evidência:** Em relação às instruções referentes aos Convênios de nºs 094/2019 e 095/2019; não mencionam Processo Licitatório na elaboração do Instrumento, denotando ausência de Licitação.

Quanto aos Contratos de Prestação de Serviços nº 002/2020; 003/2020; 097/2019; 098/2019, vieram desacompanhados da documentação prevista na Lei das Licitações nº 8.666/1993, SEÇÃO II - DA HABILITAÇÃO - artigo 27, 28, 29, 30, e 31. SEÇÃO IV - DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO - artigo 38, caput, incisos II, III, V, VI. Parágrafo único: As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração (Redação dada, pela Lei nº 8.883, de 1994).

Portanto, foram disponibilizados apenas os referidos Contratos, ausentes, porém, os Processos Licitatórios Originários; (Processo Administrativo onde são juntados os documentos que instruem o Processo Licitatório).

A Comissão Permanente de Licitação, nomeada através da Portaria Municipal nº 4.573, de 05 de novembro de 2021; composta por onze componentes (servidores) e dois suplentes. Publicação ocorrida em 08/11/2021, através do (DOMM), Edição 3130. Portanto quando da elaboração dos Instrumentos mencionados (celebração), constatou-se a inexistência de Comissão Permanente de Licitação.

Em cumprimento à cláusula contratual, (prevista nos contratos); foram designados servidores para compor a Comissão de Avaliação e Monitoramento dos Contratos referentes à Gestão dos Prestadores; cuja nomeação ocorreu através da Portaria Municipal nº 4.537, de 13 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (DOMM), em 14/09/2021, Edição 3093, Pág. 77-78. Cujo fato diverge de Comissão Permanente de Licitação. Cumpre enfatizar que Comissão de Avaliação e Monitoramento dos Contratos, não substitui Comissão Permanente de Licitação; tendo em vista que ambas têm funções delineadas (específicas).

Tais fatos estão em desacordo com a Lei nº 8.666/1993, artigo 38.

**Fonte da Evidência:** Contrato de Prestação de Serviços nº 002/2020. Contrato de Prestação de Serviços nº 003/2020.  
Contrato de Prestação de Serviços nº 097/2019.  
Contrato de Prestação de Serviços nº 098/2019.  
Convênios nº 094/2019.  
Convênio nº 095/2019.  
Portaria Municipal nº 4.573, de 05 de novembro de 2021.

Auditoria nº 678





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

## Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

### Relatório Consolidado



Portaria Municipal nº 4.537, de 13 de setembro de 2021.

**Conformidade:** Não Conforme

**Justificativa:** 1. Por meio do Ofício nº 363/2022, de 22/07/2022, o representante legal da Pessoa Jurídica, Sr. E.L. encaminhou a

seguinte manifestação: "Em decorrência da assunção pelo Município da gestão de seus prestadores, por meio do Termo de Ciência nº 18/2019 da CIR Formiga, de 03 de setembro de 2019, consolidada pela DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 3.004, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019, coube assumir as responsabilidades relativas à seleção, cadastramento, contratação, regulação, controle, avaliação e pagamento dos prestadores utilizando os recursos financeiros de média e alta complexidade (MAC). Em princípio, por meio do Processo Licitatório nº 0179/2019 - Inexigibilidade nº 014/2019, firmou o Contrato de Prestação de Serviços nº 099/2019, que teve sua vigência de 02 de dezembro de 2019 a 20 de fevereiro de 2020. In continente, sem interrupção de prazo, iniciou-se a vigência do instrumento da Contratualização nº. 001/2021, opção feita pela experiência de Municípios que assim também o fizeram, pela maior autonomia para lidar com os valores que aportavam direcionados à Contratada, Santa Casa de Caridade de Formiga, pelas inúmeras portarias e emendas parlamentares, para além do valor ordinário pactuado inicialmente. Esta foi a solução para a transferência destes valores, todos publicitados por meio de extratos de seus Aditivos à Contratualização, no Diário Oficial dos

Municípios. Note-se que os fundamentos da Contratualização, em seu preâmbulo, não elencam a Lei 8.666/93, como fundamento à relação contratual estabelecida, porém, não se ladeou da publicidade dos atos oriundos da Contratualização, com publicação de extratos desde o termo firmado, bem como de todos os aditivos determinados.

Não se procedeu com processo licitatório, especificamente para os fins da Contratualização, tendo em vista ser a Santa Casa de Caridade de Formiga/MG a única prestadora do serviço de assistência à saúde credenciada no SUS, instalada no Município, salientando que por se tratar de entidade filantrópica, possui, preferência para participar do Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos do art. 25 da lei 8.080/90".

2. Por meio do Ofício SES/AUDSUS nº. 363/2022, a pessoa física L.P.S.S. foi notificada e não se manifestou acerca da não conformidade.

**Análise da Justificativa:**

O Auditado arguiu em sua defesa a assunção do Município da gestão de seus prestadores, por meio do Termo de Ciência nº 18/2019 da CIR Formiga de setembro de 2019 e consolidada por meio da Deliberação CIBSUS/MG nº 3.004, de 18/09/2019. Alegou também que os fundamentos da Contratualização, não foram pautados na referida Lei (8.666/1993), e que a Casa de Caridade de Formiga é a única prestadora do serviço de assistência à saúde credenciada no SUS, instalada no Município, salientando que por se tratar de entidade filantrópica, possui preferência para participar do Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos do art. 25 da Lei 8080/1990.

Razão assiste ao Auditado em citar o artigo 25, da lei 8.080/1990, porém não a exime de participar de certame licitatório, mesmo que seja na hipótese de inexigibilidade ou dispensa de licitação.

Cumpra observar que a não conformidade encontrada está relacionada aos Contratos de Prestação de Serviços nº 002/2020; 003/2020; 097/2019; 098/2019, que vieram para análise desta auditoria, desacompanhados da documentação prevista na Lei das Licitações nº 8.666/1993, SEÇÃO II - DA HABILITAÇÃO - artigo 27, 28, 29, 30, e 31. SEÇÃO IV - DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO - artigo 38, caput, incisos II, III, V, VI. Parágrafo único: As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração (Redação dada, pela Lei nº 8.883, de 1994).

É tempestivo salientar que é dever da Administração Pública realizar procedimentos licitatórios, exigir documentos de habilitação compatíveis com o ramo do objeto licitado, especialmente aqueles que comprovem a qualificação técnica e a capacidade econômico-financeira para participar de licitação na Administração Pública.

Entretanto a defesa alegou, argumentou; porém, não comprovou com as justificativas; demonstrando insuficientes para afastar a não conformidade.

Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita e encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Lei Complementar Estadual nº102/2008 art. 2º inciso III, art. 3º inciso XVI, art. 94 e Lei Federal nº14.133/2021 art. 169 inciso III c/c § 3º inciso I).

**Acatamento da Justificativa:** Não

**Recomendação:** Recomenda-se a observância dos procedimentos previstos na Lei das Licitações nº 8.666/1993, SEÇÃO II - DA HABILITAÇÃO - artigo 27, 28, 29, 30, e 31. SEÇÃO IV - DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO - artigo 38, caput, incisos II, III, V, VI. Parágrafo único: As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração (Redação dada, pela Lei nº 8.883, de 1994).

Auditoria nº 678





# SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

## Relatório Consolidado



### Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE FORMIGA	16.784.720/0001-25

### VI - CONCLUSÃO

Concluiu-se que a SMS de Formiga não se organizou adequadamente para atender as atribuições relativas à Deliberação CIBSUS/MG Nº 3.349, de 17 de março de 2021 enquanto gestora de seus prestadores. Apesar de apresentar a estruturação legal do Fundo Municipal de Saúde e existir regularidade no processo de formalização de Contratos e Convênios com os prestadores assistenciais, o Serviço Municipal de Controle, Avaliação e Regulação está desestruturado, com ações executadas não coerentes ao preconizado pela legislação do SUS e não houve devida implantação e operacionalização do Componente Municipal de Auditoria.

Auditoria nº 678